



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 15ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2016

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia); 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016; discurso do deputado Durval Ângelo; Questão de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; Questão de Ordem; discursos dos deputados Gustavo Corrêa, João Leite, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Felipe Attiê; Questão de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; discursos dos deputados Antônio Carlos Arantes e Alencar da Silveira Jr.; Questões de Ordem; Prorrogação da Reunião; discurso do deputado Dalmo Ribeiro Silva; Suspensão e Reabertura da Reunião; requerimentos dos deputados Wander Borges, Rogério Correia (2), Gustavo Valadares (3) e Gustavo Corrêa (4); deferimento; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; discursos dos deputados Gustavo Valadares, Durval Ângelo e Gustavo Corrêa; aprovação do requerimento; verificação de votação; retificação da aprovação do requerimento; requerimento do deputado Gustavo Corrêa; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição do requerimento; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; Questões de Ordem; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 2, 3, 7 a 9, 15, 17, 24 a 26, 28, 30, 33, 35, 42, 43, 45, 46, 61 e 76; votação nominal do § 5º do art. 9º do projeto original; discursos dos deputados João Leite e Durval Ângelo; rejeição; votação nominal do art. 26 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Antônio Carlos Arantes e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do § 1º do art. 56 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Fabiano Tolentino e Durval Ângelo; aprovação; Questões de Ordem; votação nominal do art. 103 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Felipe Attiê e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 104 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Antônio Carlos Arantes e Durval Ângelo; aprovação; Questão de Ordem; votação nominal do art. 106 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Antônio Jorge e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 115 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio; aprovação; votação nominal do art. 129 do Substitutivo nº 1; discursos dos deputados Antônio Jorge e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 130 do Substitutivo nº 1; aprovação; votação nominal do art. 148 do Substitutivo nº 1;

discursos dos deputados Felipe Attiê e Durval Ângelo; aprovação; votação do inciso LXXVII do art. 195 do Substitutivo nº 1; discurso do deputado Gustavo Valadares – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarqüínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. Gostaria de deixar consignado nesta reunião extraordinária, em nome do nosso bloco e de todo o Parlamento mineiro, as sinceras condolências pelo falecimento do ex-governador Rondon Pacheco. Perdemos esse grande homem público, que tanto fez por Minas Gerais, particularmente na industrialização; homem correto, dedicado, sem nenhum retoque na sua vida política. Ressalto o seu devotamento à causa do municipalismo. Foi sepultado com todas as honras, como chefe de estado, em Uberlândia. Houve também um luto oficial do Estado de Minas Gerais pelo seu triste passamento. Quero, em nome do nosso bloco, requerer a V. Exa., em homenagem e respeito ao ex-governador, 1 minuto de silêncio, com as condolências à família e aos que tiveram o prazer de conviver com esse grande homem público Rondon Pacheco.

Homenagem Póstuma

O presidente – A presidência, atendendo ao pedido do deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicita ao Plenário que se faça 1 minuto de silêncio pelo falecimento do ex-deputado e ex-governador do Estado, Rondon Pacheco.

– Procede-se à homenagem póstuma.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.



Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.503/2016, do governador do Estado, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, foi designado relator em Plenário o deputado Durval Ângelo, que opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, foi designado relator para emitir parecer sobre emendas o deputado Durval Ângelo, que opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 62, 63, 77, 78, 92, 93, 113, 188 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 4 a 6, 10 a 14, 16, 18 a 23, 27, 29, 31, 32, 34, 36 a 40, 47 a 60, 64 a 75, 94 a 112, 114 a 177, 180 a 187 e 189 a 192. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 2, 3, 7 a 9, 15, 17, 24 a 26, 28, 30, 33, 35, 42, 43, 45, 46, 61 e 76. Com a aprovação da Emenda nº 92, ficam prejudicadas as Emendas nºs 178 e 179. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ione Pinheiro, senhores presentes, elaboramos o relatório do Projeto nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e que foi chamado projeto-mãe da reestruturação administrativa. O projeto original do governo sofreu várias modificações em função de sugestões trazidas pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas. A partir dessa escuta, várias emendas foram apresentadas. Alguns deputados fizeram interlocução com determinados setores dos servidores públicos – e, no parecer, nomino esses deputados –, e várias sugestões foram atendidas, algumas relacionadas às finalidades do órgão, outras relacionadas à extinção de cargos não ocupados, e ainda outras apresentadas em um projeto da Secretaria de Fazenda, que foram acatadas e incluídas no relatório.

A meu ver, o que é central no projeto é o novo conceito de governança pública, a questão do bem governar trazida no projeto original. Nesse conceito da boa governança, o governo estabelece mecanismos de atuação conjunta de secretários em áreas afins; estabelece mecanismos de participação social, o que também acho muito importante; e estabelece também mecanismos mais rígidos do controle interno do Poder Executivo. Acho que hoje estamos vivendo uma situação muito especial no Brasil, e esse mecanismo interno evitaria muito a judicialização da política que vivemos hoje, com denúncias feitas constantemente em relação a todos os Poderes.

O projeto também traz uma reestruturação, tanto do gabinete da governadoria quanto da vice-governadoria, para que essas duas estruturas tenham uma agilidade maior das ações de governo.

Acho também importante quando o projeto faz, no art. 30, uma vinculação de todos os conselhos estaduais à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac. Esses conselhos passam a ter uma função preponderante nas ações de governo, como o Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial, o Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência, o Conselho Estadual da Mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual de Direitos Difusos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual do Idoso, o Conselho Estadual da Juventude, o Comitê Gestor Estadual para a Criança e o Adolescente do Semiárido Mineiro e, o décimo, a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Inclusive, sobre a Comissão da Verdade, recentemente tivemos um entendimento com o governador objetivando potencializá-la e lhe dar um poder maior no trato das questões relacionadas com um período muito triste da história do Brasil, que foi o Golpe Militar-Econômico de 1º/4/1964.

Então, presidente, deputados e deputada, entendo que o projeto, com os acréscimos, com as emendas que foram acatadas, está em plenas condições de ser aprovado e representará um avanço para a administração em Minas Gerais. É por



isso que, como relator do Projeto nº 3.503, referente à estrutura orgânica, elaborei um parecer favorável e acolhi e acatei muitas das emendas apresentadas. Muito obrigado.

Questão de Ordem

A deputada Ione Pinheiro – Presidente, gostaria de pedir o encerramento da reunião porque entraremos em processo de votação e verificamos que não há quórum suficiente.

O presidente – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 36 deputados, que, somados aos 4 em comissão, totalizam 40 parlamentares. Portanto, há quórum para votação.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, são importantes as votações nesta Casa, mas gostaria, mais uma vez, de fazer um alerta a este Plenário, aos deputados. Brigamos muito, Sr. Presidente, em todo o Brasil, para voltarem as prerrogativas dos deputados. Deputado é eleito para legislar e fiscalizar, e o que o governo de Minas está fazendo, com relação a este projeto de criação das secretarias, é um absurdo. O governo que aqui está hoje, Sr. Presidente, quer criar secretaria ao bel-prazer, sem passar pela fiscalização desta Casa, destes deputados. Sr. Presidente, isso é um absurdo. Não podemos deixar que isso aconteça. Daqui a pouco, teremos de fechar as portas. V. Exa., que é o comandante desta Casa, será o último a sair daqui. O senhor entregará a chave ao governador, a quem falará que não há mais necessidade da Assembleia. Temos de fazer jus ao nosso salário. Não podemos deixar esse tipo de coisa acontecer. É um absurdo. Estamos brigando por mais prerrogativas. Temos legisladores. Sr. Presidente, temos de legislar. Um governo que sempre disse que é um absurdo isso e aquilo vai deixar isso ocorrer? Antes de votar, vamos conversar, vamos ter vergonha, vamos ver o que podemos fazer. Estamos aqui para trabalhar, legislar e fiscalizar. Da maneira que isso está sendo feito, Sr. Presidente, um trator de esteira está passando. Daqui a pouco, a população nos parará na rua e perguntará: “Deputado, o que o senhor faz na Assembleia?” Direi: dou nome a viadutos, dou nome a ruas. Só sobrar isso aqui para fazermos nesta Casa.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Muito obrigado, presidente. Bom dia a todos os senhores e as senhoras, deputados e deputadas. Quero dizer que, superados os prazos regimentais, iniciamos neste momento a votação do Projeto de Lei nº 3.503/2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do nosso estado.

A oposição, desde que esse projeto chegou a esta Casa, fez questão de alertar a todos os mineiros de que iríamos votar contrariamente a ele, por diversas razões. E assim o faremos, tão logo seja superada essa fase de encaminhamento de votação, pois entendemos que o atual governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel, não tem cumprido ao que se propôs e, neste momento, não tem autoridade moral para propor qualquer tipo de mudança na estrutura orgânica do nosso estado.

Todos temos acompanhado pelos órgãos de imprensa, quase que diariamente, notícias sobre as mais diversas operações realizadas pela Polícia Federal, sempre tendo o partido do governador e o nome do próprio governador envolvidos em possíveis delações que estão sendo realizadas por pessoas envolvidas nessas operações. Da mesma forma, entendemos que essas mudanças propostas no Projeto de Lei nº 3.503 não representarão nenhum ganho econômico ao Estado.

Aqueles que tiveram oportunidade de debater o projeto, assim como a oposição fez nos últimos dias, nas últimas semanas e nos últimos meses, puderam perceber, em primeiro lugar, a insatisfação e o descontentamento com este governo por parte dos servidores do Estado, que serão os grandes prejudicados nesse projeto proposto por este governo.



Todos sabemos que o governo procura de alguma forma extinguir alguns cargos, aglutinar outras autarquias, pois visa sobretudo beneficiar companheiros políticos para que passe a ter uma maioria nesta Casa. E, mais do que isso, tão logo este governo assumiu os destinos do nosso estado, em janeiro de 2015, tanto o secretário de Planejamento como o secretário de Fazenda e o próprio governador fizeram questão de dizer que ainda no primeiro semestre de 2015 encaminhariam a esta Casa uma grande reforma administrativa que geraria milhares de reais de economia ao nosso estado.

Mas o que vimos foi exatamente o contrário: uma reforma criando mais secretarias; uma reforma que pega os cargos existentes hoje em nosso estado e não os extingue, pelo contrário, deixa alguns deles exatamente aptos a ser preenchidos no futuro; uma reforma que não irá trazer nenhum benefício aos mineiros, pelo contrário, um governo que foi eleito dizendo que governaria ouvindo a sociedade busca, exatamente, extinguir a ouvidoria do nosso estado, conquista alcançada depois de muita luta, muito trabalho e muito empenho da sociedade. A sociedade cobra deste governo uma máquina pública enxuta, moderna, em que o interesse do cidadão sempre prevaleça. Como pode um governo desse querer extinguir a escola da Fundação João Pinheiro, que tem preparado inúmeros agentes públicos para serem exatamente a modernidade da administração?

Portanto, lamento que este governo não teve a capacidade de ouvir aqueles que são os grandes interessados nessa reforma. Este governo tem buscado tratorar a oposição e está tratorando, deputado Tadeu Martins Leite, os servidores do Estado; este governo não fez as audiências públicas necessárias para ouvir aqueles que são realmente os grandes beneficiados e prejudicados com essa reforma. Então, a oposição inicialmente votará contrariamente a essa reforma. Mas, por dever e responsabilidade dos mesmos deputados da oposição, deputado Glaycon Franco, iremos apresentar inúmeras emendas com as quais, de alguma forma, a oposição busca, volto a dizer, diminuir os equívocos que este governo irá cometer caso esse projeto venha a ser aprovado nos próximos dias.

Então, como dito inicialmente, a oposição votará contrariamente a essa reforma. A oposição está aqui presente em Plenário, por meio do deputado Alencar da Silveira Jr., deputado Felipe Attiê, deputado Sargento Rodrigues, deputado João Leite, deputado Braulio Braz, deputado Gustavo Valadares, deputado Antônio Carlos Arantes, deputado Bonifácio Mourão, deputado Luiz Humberto Carneiro e outros tantos. Ou seja, toda a oposição está unida em torno dos servidores do Estado.

Presidente, quero lamentar que o governo busque incansavelmente a aprovação desse projeto, mas volto a dizer que votaremos contrário por entender que este governo não tem autoridade moral e que, mais do que isso, essa reforma em nada irá gerar algum tipo de economia ao nosso estado. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputada Arlete Magalhães, Srs. Deputados, servidores do Estado de Minas Gerais, que eu honro, que mantêm essa vigília cívica em favor do Estado, e não em favor do governo. Os governos passam, o Estado que vocês servem permanece. É construído pelos servidores públicos.

Tenho a honra de ser filho de dois servidores públicos. O meu pai já faleceu, mas minha mãe continua viva. Junto com vocês ela ajudou a construir esse Deop. Minha mãe foi da Secretaria de Viação e Obras Públicas e nessa matéria ela está me orientando.

Minha mãe disse que nunca viu uma coisa tão esquisita em sua vida. Com a sua linguagem, lá de Rio Manso, do interior, disse que é esquisito misturar estrada com edificação. Ela disse que isso é a coisa mais esquisita que já viu em seus quase 90 anos de vida. Ela disse que o PT está conseguindo destruir o que construíram grandes políticos mineiros, como Bias Fortes e Juscelino Kubitschek, que devem estar se remexendo no túmulo nessa altura do campeonato ao verem a destruição do serviço público no Estado de Minas Gerais. Isso é lamentável.

Tenho dito que o que foi enviado à Assembleia Legislativa é o *frankenstein* do Pimentel. Ele tem cicatriz e vaza para todo lado. Como disse minha mãe, isso é uma coisa esquisita. Ele não tem cara e está todo deformado. Que reforma é essa? Isso não é uma reforma. Seria uma lanternagem malfeita. Isso é esquisito. Minha mãe usou a melhor palavra para isso. É esquisito



o que o PT está fazendo. E o mais incrível de tudo foi o Estado gastar um dinheirão da Assembleia Legislativa para ir por Minas Gerais realizar audiências regionais para ouvir. Agora fazem uma reforma sem ouvir o servidor, que está no serviço público há tanto tempo. O governador, que não foi do serviço público, não conhece e não ouve o servidor que está lá na função finalística do Estado. Vocês são função finalística do Estado. São vocês que constroem a escola e o hospital. O governador desconhece a opinião desses servidores de carreira do Estado de Minas Gerais.

É, mãe, sim, esquisito, usando sua linguagem, o que estão fazendo. Mas o que é mais esquisito é o Poder Legislativo, que representa a população de Minas Gerais e também o servidor público, pois quem representa o servidor público do Estado é esta Casa, que tem de ser independente e tem de entender isso e o votar um projeto em regime de urgência. Qual é a urgência para essa mudança? Ela atenderá quem? Ela atenderá o serviço público do Estado de Minas Gerais? Não. E o mais grave é que isso é remetido para decreto. O PT gostava de criticar as leis delegadas que foram discutidas com os servidores públicos e que podem ser mudadas. Várias leis delegadas estão sendo mudadas. É possível mudar lei, mas decreto, não.

Querido deputado Durval Ângelo, meu irmão, sei que isso dói, pois o reconheço, em sua carreira, como um defensor intransigente do servidor público. Você honra o seu trabalho, e sei que, neste momento, representar o que está aqui dói em você e em seus companheiros. É até difícil ficar aqui para ouvir o que estou dizendo. Isso é difícil, não é?

Tive de sair por um momento, pois sou vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, que estava em reunião. Presidente, sei que meu tempo está esgotado. Já encerrarei. Esses servidores que o deputado Sargento Rodrigues tão bem representa me fizeram lembrar que 157 mil servidores públicos do Estado estão recebendo os seus salários parceladamente.

Nós precisamos de outra reforma neste Estado, uma reforma que valorize o servidor público de carreira e não isso que está sendo feito aqui para trazer os companheiros do PT para o governo. São três secretarias criadas para trazer os companheiros nesses cargos de recrutamento amplo. Têm que ser os de carreira. Lamento, mas meu voto é não, não, não! Gritem comigo: não, não, não, não, não! Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, cumprimento os servidores públicos presentes, parabéns pela mobilização, pela cidadania. Os servidores vêm aqui, deputado João Leite, para não permitir o desmonte do Estado. O que o governador Fernando Pimentel do PT deseja é desmontar a estrutura administrativa. O que eles chamam de reforma administrativa já enxergamos que é um engodo. Na comissão, na sexta-feira passada, eu disse que o que o Pimentel chama de reforma administrativa é um estelionato de reforma, é um engodo, é um engano, principalmente para o cidadão.

Deputado Gustavo Corrêa, nosso líder, renovo, aqui, o desafio que fiz na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Aliás, os consultores da comissão estão devendo um requerimento a ser apresentado hoje no Plenário. Não sei por que, presidente Adalclever Lopes, mas há momentos em que solicitamos um trabalho aqui, e parece que a Consultoria se esquece do pedido do deputado. Esperamos que o secretário-geral da Mesa acione a Sra. Flávia Pessoa, gerente da Consultoria, para que, quem sabe, os consultores da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária possam nos entregar o requerimento, que é muito simples, Sr. Presidente.

Com base nos arts. 73 e 76 da Constituição do Estado, vamos apresentar um requerimento para que o governador do Estado e os secretários de Fazenda e de Planejamento e Gestão possam informar à Assembleia qual a economia que a reforma administrativa vai propor ao cidadão. Repito, ao cidadão, à pessoa que paga impostos, que está pagando 50% a mais para comprar remédio com o decreto do governador no ano passado. O governador aumentou em 50%, 50% os impostos de remédio, material escolar, material de construção e uniforme escolar! São 180 produtos que Pimentel aumentou por meio de decreto, não foi por lei, um governador que, durante a campanha, disse que o ICMS da conta de energia elétrica para indústria, comércio e prestadores de serviço era muito alto e que isso ia tirar os empregos de Minas.



O que ele fez depois de eleito? Sr. Governador, o senhor aumentou 39%, subiu de 18% para 25%. A reforma administrativa é para amparar a companheirada do PT, para dar melhores cargos, encaixar melhor os companheiros do PT. Não há economia. Deputado João Leite, estou desafiando o governador Fernando Pimentel, o secretário de Planejamento e Gestão, aquele moço que parcelou os salários de 157 mil servidores até outubro. Esse é o Pimentel. Olha, o Pimentel é competente, bom de serviço. Cento e cinquenta e sete mil servidores públicos estão com seus salários parcelados em três vezes. Onde está a competência? Competência para aumentar impostos, para mentir, mentir e mentir. Isso é o que o governador sabe fazer muito bem.

A reforma administrativa é um engodo, uma falácia, não existe economia para os cofres públicos. Não há nenhuma mensagem nos projetos de lei encaminhados a esta Casa trazendo em sua fundamentação planilhas mostrando: serão economizados por mês e por ano x milhões de reais. É uma falácia essa reforma administrativa, deputado Gustavo Valadares. O governador Fernando Pimentel tem de ser chamado de Pinotel, com um nariz enorme, um nariz de Pinóquio, porque mente, mente e repete a mentira mil vezes até que se transforme em verdade.

Presidente, nós do bloco de oposição somos contrários a essa reforma. Vamos votar contrários à reforma administrativa, porque não atende aos interesses do cidadão, de quem paga imposto, de quem gera emprego, de quem vem bancando e custeando um estado oneroso, sob uma administração que é uma falácia. Se o governador Fernando Pimentel não sabe administrar suas próprias contas, o que se dirá das contas do Estado de Minas Gerais?

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o bloco de oposição continua – deputado Alencar da Silveira Jr., tenho certeza de que V. Exa. vai encaminhar conosco – em processo de obstrução no que diz respeito a essa reforma administrativa. Esse é o Projeto nº 3.503, é o primeiro dos 14 projetos que tratam da reforma encaminhada pelo governador Pimentel. Obviamente, as senhoras e os senhores devem estar achando que um projeto dessa complexidade foi bastante discutido na Assembleia Legislativa, bastante debatido com os servidores, com os mineiros, nas comissões temáticas, na Comissão de Constituição e Justiça, por meio de audiências públicas. Nada disso aconteceu. Esse pequeno projeto chegou a esta Casa, chegou ao Plenário sem que passasse por nenhuma das comissões. Está em regime de urgência, com prazos contando pela metade. Não nos foi permitido discutir em audiências públicas os efeitos, as consequências da aprovação desse péssimo projeto de reforma administrativa encaminhado pelo governador Pimentel à Assembleia.

Neste momento, o que resta aos deputados do bloco de oposição é encaminhar pela rejeição do projeto por apenas 5 minutos. São os instrumentos, as ferramentas que ainda nos restam para tentar convencer os nobres colegas a votar pela rejeição do projeto. Nós do bloco de oposição estudamos a fundo cada linha, cada vírgula, cada ponto desse projeto de reforma – não só do Projeto nº 3.503, mas também de todos os 14 projetos que tratam da referida reforma.

Estudamos o projeto que trata da fusão do DER e do Deop, o projeto que trata da extinção da Imprensa Oficial, o projeto que trata da extinção da Ruralminas, o projeto que trata da extinção do Detel, o projeto que trata da extinção da TV Minas. E posso falar com vocês com muita sinceridade e muita segurança: esse projeto não traz nada de benefício para o Estado. Não traz agilidade ao poder público, ao Estado, não traz economia aos cofres públicos, muito pelo contrário, continua inchando a máquina pública, porque não corta cargos, apenas transfere cargos. Os cargos que estão sendo cortados são aqueles que não estão ocupados, por consequência, não trazem impacto financeiro à folha. Esse projeto não traz nenhum benefício. Mais do que isso, chega em uma hora completamente inoportuna, por se tratar de uma reforma gigantesca que fere direitos, fere carreira de milhares de servidores, fere a relação do Estado com o cidadão em um momento em que temos um governador correndo o risco de ser afastado de suas funções. Não é hora de a Assembleia discutir, aliás discutir até pode, mas não é hora de a Assembleia aprovar projetos dessa complexidade neste momento tão conturbado em que o governo do PT e o governador Pimentel se encontram. Não é hora disso.



Nosso encaminhamento é contrário à sua aprovação, é pela rejeição, é por ter consciência e por ter estudado a fundo o projeto para saber que ele não traz economia. A tão sonhada reforma que nós, do bloco de oposição, sempre cobramos do governador para que fosse enviada à Assembleia não veio. A reforma que queríamos diminuía o número de secretarias e de cargos comissionados; desinchava a máquina pública que foi inchada pela reforma realizada pelo Fernando Pimentel, proposta e aprovada no início de 2015, no início de seu governo; diminuía salário dos subsecretários, que hoje recebem mais que o governador do Estado. Essa é a reforma que cobramos que viesse à Assembleia. E essa reforma não veio.

Por essa razão, por solidariedade aos servidores do Deop que aqui estão há muitos dias, aos auditores que estão aqui há muitos dias, aos servidores do DER, aos servidores da Imprensa Oficial, que têm rodado os gabinetes nesta Assembleia, aos servidores da Advocacia-Geral, ao ouvidor-geral e a todos os ouvidores setoriais, enfim, em nome deles, em solidariedade a eles e em solidariedade ao povo de Minas, votamos “não”, votamos contra a aprovação desse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, gostaríamos de falar sobre a pequenez, a timidez do meio arroz com o meio feijão que é essa reforma administrativa. Isso não é uma reforma, não pode ser considerado nem um puxadinho. Na verdade, Sr. Presidente, isso é um engodo que foi enviado a esta Casa por um governo fraquinho, fraquinho, fraquinho.

Nosso país ainda está muito centralizado na figura do presidente da República, do governador e do prefeito.

Se eles não têm visão de longo prazo, se eles não são pessoas capazes de enxergar, realmente os problemas de hoje e os que virão amanhã, se essas pessoas não têm vocação gerencial e administrativa para comandar uma máquina com mais de 600 mil servidores aposentados e ativos... O Estado de Minas Gerais está numa situação de decadência econômica gritante na área mineradora, gritante na indústria automobilística, com a queda das vendas no País, gritante na indústria de transformação ligada à mineração. A decadência do Estado de Minas é muito grande. E em que área isso reflete na nossa economia? Na queda da receita do governo do Estado. No governo do Estado de Minas Gerais, todos os meses, faltam R\$850.000.000,00 para quitar a folha de pagamento, e não é para construir uma escola nova ou coisa desse tipo. O dinheiro não dá, falta no caixa, na tesouraria do governo do Estado. Se o governo fosse honrar todos os seus compromissos, pagar os fornecedores, os funcionários, tudo o que foi empenhado liquidado no mês, teríamos R\$850.000.000,00 de recursos faltando. Nós só estamos ainda pedalando, navegando, empurrando, vendendo o almoço para comprar a janta, Srs. Deputados, porque houve, primeiro, uma tentativa de golpe na dívida interna, e agora temos um acordo com a União, que deixa de pagar aos cofres federais R\$400.000.000,00 por mês. E ainda faltam R\$450.000.000,00 todos os meses para quitar a folha de pagamento, deixando de pagar o serviço da dívida. Lembro que essa tal dívida, que muitos gostam de falar que cresce demais, que aumenta demais, é o dinheiro do Sr. João, da D. Maria, da Volkswagen, da Nestlé, das empresas aplicado no Itaú, no Bradesco, no Banco do Brasil, na Caixa, no mercado financeiro para pagar o tal déficit de R\$170.000.000.000,00, que será feito este ano. Aquela ganância do governo para pagar salário de servidores, tapar buracos de estradas, Bolsa-Família, Fies, tudo isso. E tem de ir ao Bradesco pedir-lhe para captar dinheiro no mercado financeiro para tapar o rombo do governo federal. E, quando se abre o orçamento do governo federal, vemos que 25% do dinheiro que entra nos cofres públicos vão para pagar a previdência, rombo, mais trinta e tantos por cento para pagar os juros da dívida interna, externa e a rolagem do serviço da dívida. E o resto fica para aquele mundo de áreas, um pouquinho para cada um: 2%, 1%, 0,2%.

É o governo que gasta mais e recorre aos bancos há décadas; é o governo que é perdulário, ineficiente; é o País que não cresce, em que a receita está caindo e, conseqüentemente, temos essa falência do Estado. E o que essa reforma vai fazer? Essa reforma é aquele sujeito que saiu na chuva, tomou um pingo d'água e pegou um resfriado. Essa reforma é um pingo d'água. Essa reforma é uma gota d'água, não vai resolver nada, nem rumo dá. O Estado de Minas Gerais, assim como o Brasil, padece de reformas profundas. Não podemos ter um estado – e o estado é saúde, segurança, educação, desde o mais tradicional estado ao estado liberal – que existe hoje só para pagar previdência e juros da dívida do que gasta a mais. É para isso que o Estado brasileiro existe hoje. E isso foi feito pelos políticos e pelo povo, que pediu o que não podia, que fez o que



não devia, que administrou mal, que faz obras sem planejamento, sem planejamento, sem planejamento, sem retorno, bagunçadas. Nossas empreiteiras, envolvidas num esquema de corrupção gigantesco, vocês acham que elas têm eficiência para executar alguma obra, como a transposição do Rio São Francisco, a Ferrovia Leste-Oeste, o centro de pesquisas da Petrobras? Vocês acham que temos condições, com essas empreiteiras que não têm eficiência, porque é muito fácil fazer um aditivo, mandar propina em cima, e a conta vai para o povo pagar?

Esse modelo de administração do Brasil faliu. Nesse modelo, o tal BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – tem de financiar a economia. Mas com dinheiro de onde, se não tem nem verba para a saúde? Como financiar os grandes negócios brasileiros para aumentar a própria tributação do governo e sair dessa situação de queda de receita e aumento de despesa, que não fecha nunca? Como fazer isso se sequer temos uma economia capaz de se financiar pela iniciativa privada? Só vale para quem paga propina para o ministro do Desenvolvimento Econômico liberar empréstimos do BNDES? Só vale para quem faz negociatas?

Este é o País que está na frente dos senhores e senhoras: o Brasil que não tem partidos políticos, o Brasil que é um balcão de negócios nos seus parlamentos, o Brasil onde impera a propina e a incompetência nas repartições públicas. Este é o Brasil que está aí para todo mundo ver claramente, com letras enormes. Um país inflacionário, com 10% de inflação. Onde há isso no mundo civilizado? Em meio à maior recessão e desemprego da sua história, o País conseguiu ter 10% de inflação no ano passado. O Japão tem 0% ao ano, os Estados Unidos têm 1% ao ano. A Espanha passa por desemprego e recessão, mas não tem inflação de 10% ao ano, é de 1%, 2%. Na verdade, essa inflação é o roubo do governo – que gasta mais do que recebe – em cima dos assalariados, principalmente os mais pobres, para os quais eles adoram dar bolsa-família: o carroceiro, o jardineiro, a costureira desempregada. Esses sequer têm condição de pleitear um sindicato e vão lá brigar por um reajuste anual. Não são como os funcionários públicos e os metalúrgicos, que ainda se salvam um pouco; mas até a renda deles a inflação corrói, já que o seu aumento é uma vez por ano, e os preços sobem a toda hora nas prateleiras.

Que política social funciona dessa maneira? Piada! Bolsa esmola, bolsa não sei o que, nada funciona assim. Aliás, esse foi o erro do regime militar nos anos 1960. Começou com o Juscelino, em 1956, como presidente do Brasil, uma era inflacionária. Os militares colocaram a correção monetária, a OTN, e indexaram a economia por 30 anos. Qual foi o resultado disso? O Brasil dobrou o PIB, o Brasil cresceu, o Brasil fez o milagre econômico, o Brasil andou para a frente, mas, na distribuição de renda, o Brasil andou para trás, porque a inflação faz ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

Ao longo dos reais, réis, cruzeiros, cruzados, construímos um país que nunca teve uma moeda séria, como o dólar, como a libra; um país em que a vida inteira seus políticos gastam mais do que podem, são populistas, quebram e saqueiam o Tesouro Nacional, ora com os empresários, ora com as empreiteiras, ora com subsídios, ora com não sei lá que mais. Que capitalismo é esse? Aqui temos um meio comunismo de Estado, com um falso capitalismo, com princípios escravocratas, com uma cultura portuguesa de dominação do Estado. Isso aqui não é nem carço no angu. Nem Raymundo Faoro, nem Florestan Fernandes, nem Karl Marx, nem ninguém entendem tamanha confusão, essa miscelânea que é o nosso país, até para ser prolixo, até para não ser objetivo, até para ser emocional demais com o coração, como bom latino, descendente de grego e latino, até para isso tudo, nesta nossa cultura, e dar no que deu. Um país de dimensões continentais, populoso, sem terremoto, sem furacão, sem tufão, sem 30 graus abaixo de zero, sem nada, está nesta confusão que vemos aí, essa dificuldade, essa pobreza material danada. É só pobreza de espírito e pobreza material que assolam o País, além da má distribuição de renda. Isso tudo é fruto do nosso povo e de seus políticos. Não se esqueçam de que os políticos são votados pelo povo há décadas.

Na verdade, essa reforma é coisa de um governo que caiu do caminhão de mudança.

Este governo não sabe o que faz com Minas Gerais. Este governador é fraco. E tenho batido nisto aqui, Sr. Presidente: são fracos, não sabem o rumo para levar um estado gigante desse, um estado maior do que a Alemanha. Não sabem para onde vão, não têm gente, não têm qualificação, não sabem apontar, não enxergam além das montanhas de Minas, estão tampados pelo fog, estão tampados pela neblina, não sabem olhar para onde vão. Não sei se é porque nasci no cerrado e no cerrado vejo o horizonte, mas aqui está tudo errado, aqui empurram com a barriga, aqui levam de qualquer jeito. E Minas, com



seu conservadorismo, precisa de bons administradores, como Milton Campos, gente que sabe pensar na parte matemático-financeira com a parte jurídica na cabeça. Gente que sabe governar. Gente que levanta cedo e mata um leão por dia. Não é gente que chega no palácio às 10 horas da manhã. Desses, estamos cansados. O sujeito tem que ter energia para ser governador de Minas, como tinha Juscelino Kubitschek.

Este estado é o mais difícil de administrar dentre os 26 estados da Federação. Falo que é melhor ser governador do Acre ou de Roraima do que tomar conta desses 20 milhões de habitantes, dessas 853 cidades. O Rio está num caos financeiro, mas tem 12 milhões de habitantes e 91 cidades. Ele é menor do que o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. O Rio de Janeiro tem R\$6.000.000.000,00 a mais de receita que Minas Gerais, com 91 cidades. Por que isto aqui está um inferno financeiro? É por causa da malandragem na hora de esperar. Todo mundo quer tirar proveito em cima das Olimpíadas, querendo arrebentar as contas, querendo aumento onde não pode.

No Rio de Janeiro, o estado está arrebentado por causa dos seus políticos e do povo, que votou nos políticos. A diferença entre Minas e o Rio é que aqui não houve reeleição. Alberto Pinto Coelho não pôs fogo na Lei de Responsabilidade Fiscal e tratou de eleger Pimenta da Veiga. Alberto Pinto Coelho não pagou nem as emendas dos deputados estaduais para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sabe por que o Rio está um caos financeiro? Por um instituto que não pode haver no Brasil, chamado reeleição. Um governante como Pimentel pisa no palácio e fala: “Como fico mais quatro anos depois destes quatro anos?”. E o resto que se dane. “Vamos para a eleição. Vamos ganhar a eleição porque quero ter oito anos de palácio, não quero quatro.”

No Brasil, pode haver reeleição, Sr. Presidente? Em hipótese nenhuma. Entram nesse palácio e não querem sair nem amarrados, só depois de oito anos. E quebram os estados, como o Pezão fez, para sair de 1% como governador e se eleger governador do Rio de Janeiro. A reeleição é um mal. Não pode haver reeleição para PT, para PSDB, para “p” não sei do quê. Num país chamado Brasil, que foi colonizado por portugueses, que tem uma estrutura do código napoleônico, que tem uma estrutura jurídica romana, do jeito que é, com a nossa característica, colocar reeleição aqui é piada, dá no que dá. Essa reforma mequetrefe que este governador está fazendo aqui não leva a nada, é uma perda de tempo.

Minas Gerais está atolada até o pescoço e vai continuar se atolando dia após dia; não tem sequer condições de pagar o salário dos servidores em dia. A previdência explodirá até 2025, falindo o Estado, mas não estamos vendo medidas, não há austeridade, não há rumo. Estamos numa nau perdida.

Sr. Presidente, meu voto para essa reforma é não, não e não. Esse arremedo de reforma. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, estamos verificando que, infelizmente, a base governista não está em Plenário para a votação de um projeto do interesse do governo. A oposição está presente. Então, num gesto de delicadeza, não vou pedir o encerramento, mas peço a V. Exa. que faça a recomposição, porque a base governista não se encontra em Plenário. Então, vamos encerrar a reunião, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 35 deputados, que, somados aos 8 em comissão, totalizam 43 parlamentares. Portanto, há quórum para votação. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, presentes às galerias, pessoal da Uemg, pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e todos os interessados na reforma administrativa do governador Pimentel, confesso que a cada dia fico mais encabulado com essa reforma. Essa é a palavra. Não conseguimos perceber benefícios, só percebemos problemas.



E o lema do governador mais uma vez é praticado ao contrário. Ele dizia ouvir para governar, e o que está fazendo é não ouvir e governar de forma atabalhoada, prejudicando principalmente o funcionalismo público. Se ouvisse o IMA, perceberia sua importância, sua falta de pessoal e o quanto o setor agropecuário tem sido o grande pilar da promoção, do emprego, da renda e do desenvolvimento do Estado. O IMA tem um papel preponderante na máquina pública. Sem o IMA, os projetos na área das indústrias de alimentos, das microempresas de alimentos, das agroindústrias na área de sanidade animal não andam, e isso é fundamental. Ao invés de colocar dezenas ou até milhares de servidores no IMA para promover e acelerar o desenvolvimento, faz o contrário. Vai retirar mais de 300 cargos, deixando o IMA sucateado. Desenvolvimento é feito com ideias, sonhos e projetos. Em Minas e no Brasil, o setor agropecuário faz a diferença. A Ruralminas se especializou em projetos. Quando pensamos em promoção do desenvolvimento do Norte de Minas, pensamos em Ruralminas. Quando pensamos em Ruralminas, pensamos em projeto Jaíba.

O deputado Gil Pereira é da região e sabe muito bem o que representa o Jaíba e a Ruralminas. A Ruralminas tem problemas? Tem. Por isso ela tem que ser descartada? Não.

Você tem de aperfeiçoar e melhorar porque lá existe conhecimento, informação, resultado e o que mais é preciso, que são pessoas dedicadas, que sonham, que lutam, que trabalham, que suam a camisa e apresentam projetos importantíssimos para o desenvolvimento da nossa Minas Gerais.

Quando ele falou em ouvir para governar, isso nos deu a impressão de que ele ia ouvir e ser um governo transparente e muito próximo do povo. E agora a Imprensa Oficial, com mais de 100 anos de história, simplesmente é extinta. A Imprensa Oficial é o órgão de informação, e informação é ler, entender e transmitir. As pessoas ouvem e vão formando a massa de informação e de conhecimento. A Imprensa Oficial tem história em Minas Gerais, mas essa história será jogada no lixo. Essa é a realidade. Aliás, ontem, visitas foram feitas à Imprensa Oficial, e podemos dizer que as pessoas ficaram impressionadas com o profissionalismo e com o crescimento da Imprensa Oficial, que inclusive é um órgão superavitário, que não dá prejuízo, mas sim lucro.

E agora vamos falar do sofrimento do povo brasileiro e mineiro. São mais de 1 milhão de pais de famílias desempregados. As famílias são compostas por três, quatro pessoas. Imaginem quantas pessoas isso representa? Na verdade, o desenvolvimento é fundamental para que essas pessoas entrem no mercado de trabalho, isto é, o desenvolvimento é a esperança do pai de família ou do servidor que quer promover, por meio de seu trabalho, uma ação positiva, que gera emprego no campo e na cidade. As famílias querem um teto e uma renda por meio de um trabalho. Na verdade, para nós, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico serve para isso, principalmente num governo em que o desemprego virou uma realidade fortíssima, fruto do desgoverno do PT em Brasília e em Minas Gerais. O desenvolvimento não faz parte do sonho do governador Pimentel, que está acabando com essa secretaria e levando-a para a outra, após muita pressão. Ele leva na teoria, mas não leva na prática.

O governador ainda tem tempo para mudar isso, assim como cada deputado na hora de votar. Os deputados precisam pensar no seu eleitor, no povo da sua cidade que está desempregado e também no empresário que fechou as portas por falta de promoção de desenvolvimento e por excesso de carga tributária. E isso é culpa de grande parte dos deputados. Mas nós votamos contra e somos contra tudo que é contrário à promoção do desenvolvimento. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que este deputado criou há 20 anos. Há 20 anos, mostramos a toda a Minas Gerais que tínhamos necessidade de transparência e de fiscalização para a população mineira. O Parlamento deveria ser melhor analisado, e fomos a primeira TV Assembleia do Brasil, criada no dia 30 de novembro, justamente para que pudéssemos ter essa fiscalização. E, hoje, deputados da oposição e da situação, Minas Gerais, não só as pessoas que aqui estão nas galerias, está olhando e observando como votam os deputados nesta Casa. Não podemos nunca deixar de lado o anseio popular, pois representamos a população. Na verdade, com um projeto como esse, estamos vendo que não estamos fazendo jus aos nossos mandatos.

O governador de Minas manda um projeto para esta Casa. Entre outras coisas, cria secretarias adjuntas sem mais nem menos. Vamos criar. O detalhe é que isso não será só agora, mas *ad aeternum*. Acho que o Partido dos Trabalhadores, que o governo de Minas não se lembrou de que, depois de morro, vem morro. Hoje o Partido dos Trabalhadores é governo. Amanhã ele poderá ser oposição e voltará a reclamar, como reclamou sempre, da lei delegada do governador Aécio Neves; como reclamou de outras votações desta Casa.

Estou há 28 anos na vida pública. Estou em meu oitavo mandato e não consigo entender o porquê de este Brasil não fazer as mudanças necessárias. Agora era hora de fazer mudanças, eleição geral, unificação das eleições. Não adianta ter eleição ano sim, ano não. Fim das emendas parlamentares por quê? Se tivéssemos programas sociais para todas as cidades e o fim das emendas parlamentares, esta Casa hoje estaria com independência. Deputado não estaria votando aqui com a base de governo só pensando naquela ponte que está levando para o município.

Isso tem de acabar, minha gente, e tem de acabar agora. Não adianta tirarem a Dilma e colocarem o Temer. O Brasil continuará na mesma. Não adianta essa quantidade de partidos políticos que temos. São quarenta e tantos partidos políticos. Como entender isso? Meu menino de 11 anos, o Arthur, não consegue entender. Ele me disse: “Pai, lá em Brasília, o PT está brigado com o PMDB. O PMDB tirou a presidência do PT e colocou o presidente do PMDB. Os dois estão brigados. Aqui, em Minas Gerais, estão agarradinhos, estão juntinhos. Como se explica isso? O que é partido político neste Brasil?”. Está na hora de acabar com isso. Está na hora, Sr. Durval, de uma reforma partidária. Está na hora de acabar com esses partidos pequenos, que têm negociação para cá, negociação para lá. Está na hora de uma constituinte sem político, está na hora de fazermos uma nova constituinte afastando o Congresso, que deve ser deixado lá fora, e trazendo a sociedade organizada para fazer uma nova constituição, voltada para a população, com o fim das emendas parlamentares, com a unificação das eleições. Não podemos aceitar eleições de dois em dois anos.

Temos de acabar com o número excessivo de partidos políticos. Quantas são as cidades de Minas que têm o PT como prefeito e o PSDB como vice? É falta de vergonha. Temos de começar a mudar este Brasil. Temos de começar a falar que está na hora de mudar. Vamos dar o exemplo. Eleição geral, unificação das eleições, uma nova constituinte para este Brasil, para um Brasil melhor, para os nossos filhos, para os nossos netos.

Finalizando, Sr. Presidente, informo que acompanhei alguns deputados que falavam e faziam pregações aqui na tribuna. Hoje vejo os filhos deles, e nada mudou. Se não mudar agora, amanhã veremos os netos, os tataranetos, os “tatataranetos”, e o Brasil continuará da mesma forma. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, mudando um pouco do assunto que estamos tratando aqui, que é a votação da reforma administrativa, afirmo que aqueles que me conhecem sabem muito bem das minhas posições, das minhas colocações e das minhas convicções. Queria fazer um pedido, encarecidamente, a V. Exa., à Mesa e, sobretudo, a todos os parlamentares desta Casa. Se queremos ser respeitados pela população, devemos, em primeiro lugar, dar bons exemplos. O pleito que faço a V. Exa e à Mesa é que façam valer o que está previsto no Regimento Interno da Casa e no bom funcionamento deste Parlamento, para que ocorra um controle rigoroso – e aí é fundamental a participação de todos os parlamentares – da presença de convidados aqui atrás do Plenário. Isso aqui está parecendo um balcão de negócios. Não conseguimos nem andar para ir ao toalete, pois somos parados por uma quantidade assustadora de assessores – não sei de onde aparecem tantos assessores nesta Casa –, de lideranças políticas, de companheiros. Não temos dificuldade em receber ninguém. Aliás, já propusemos à Mesa que faça uma sala ali do lado de fora para que os parlamentares possam receber seus convidados. O pedido que faço a V. Exa. é que a segurança da Casa – não sei como está o processo licitatório da biometria – permita apenas o acesso dos que forem cadastrados. Acabei de passar ali fora, e deve haver mais ou menos umas 50 pessoas, Sr. Carlos Navarro. E volto a dizer: não tenho dificuldade em falar isso aos meus colegas, os que estão dando maus exemplos são os próprios parlamentares. Se os parlamentares não fizerem valer o que está acordado no Regimento Interno desta Casa, as coisas vão se tornar insustentáveis. Eu, por exemplo, deixo de receber inúmeros prefeitos em meu gabinete

www.almg.gov.br Página 12 de 39



para fazer meu trabalho parlamentar aqui, mas outros tantos fazem demagogia trazendo lideranças políticas aqui para dentro, e tudo bem. Não acho justo eu pagar e ser prejudicado em função do trabalho de outros. Portanto, peço encarecidamente essa medida, que pode até ser impopular. Não tenho dificuldade nenhuma. O secretário-geral está aqui. O deputado Durval Ângelo sabe das minhas posições, das minhas colocações e o que penso em relação a algumas coisas. Para preservar o nosso trabalho, os deputados têm de dar bom exemplo, mas, infelizmente, não estão fazendo isso. Então, peço a V. Exa. que, no retorno dos nossos trabalhos, no início de agosto, realize uma reunião entre todos os parlamentares com a Mesa e faça valer o que está previsto: apenas os que têm credenciamento poderão ter acesso aqui. Dr. Hely Tarquínio, volto a dizer, ali agora deve ter de 60 a 80 pessoas. O parlamentar não consegue nem transitar. Você quer ter uma conversa reservada, não tem liberdade de tê-la, porque outros estão ali. Presidente, o apelo que faço à Mesa é este.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero primeiro cumprimentar o líder, deputado Gustavo Corrêa, porque trouxe um assunto importante ao funcionamento do nosso Legislativo, mas, especialmente, Dr. Hely Tarquínio, no momento de votação de matérias. Isso é muito importante. Quero pedir a atenção do presidente. Por favor, deputado Rogério Correia, só um segundinho. Quero pedir a atenção do presidente aproveitando que o 1º-vice-presidente e o 2º-secretário estão à Mesa, portanto temos quatro membros da nossa Mesa no Plenário. O deputado Braulio Braz também está presente. Portanto, dos sete membros da Mesa, temos cinco neste momento. Quero fazer um apelo a V. Exa. para que aproveite esse período pequeno de recesso em que a Assembleia vai entrar. E aqui falo na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Houve um episódio em que o pessoal de movimentos populares agrediu oito policiais legislativos desta Casa. Vi as mãos de um policial legislativo machucadas, lesionadas por pedaços de pau. Passou da hora, presidente. E V. Exa. é a pessoa mais indicada a tomar uma decisão. E falo isso porque V. Exa. tem coragem de tomar as decisões nesta Casa. V. Exa. tem dado bons exemplos no sentido de retomar a autoridade do Poder Legislativo, e esse é um ato administrativo que depende de uma decisão sua. Se V. Exa. precisava do endosso deste deputado, neste momento, está tendo esse endosso, porque o presidente da Comissão de Segurança Pública e o deputado João Leite, vice-presidente, também têm esse entendimento. V. Exa. pode perfeitamente estabelecer apenas um local de entrada, que poderia ser pela Rua Rodrigues Caldas, nº 30, para acesso ao Legislativo. Poderá ser instalado ali um detector de metal e um aparelho para que seja feita, de forma rápida, a cópia de documento com foto das pessoas – apenas a cópia do documento para agilizar a entrada das pessoas que aqui ingressam. Obviamente que os assessores dos gabinetes, os servidores do Poder Legislativo e os deputados terão uma entrada por causa do trabalho que todos têm de desenvolver aqui. Mas V. Exa. precisa urgentemente determinar à Diretoria de Polícia Legislativa que instale imediatamente um detector de metal e um aparelho para tirar a cópia de documento de identidade com fotografia, frente e verso, das pessoas que adentram esta Casa. Por qual motivo, presidente? O Tribunal de Contas já adotou essa medida há séculos. Se V. Exa. for ao Tribunal de Justiça, verá que lá também isso já foi adotado. Se V. Exa. for até a Cemig, verá que a segurança lá bate de mil a zero no Poder Legislativo. E não é só a segurança, mas a própria melhoria do funcionamento. Portanto, está na hora de tomar essa decisão, presidente. Aliás, passou da hora; ou então vamos ver policiais legislativos serem agredidos. Quando faço a defesa de que em determinados pontos da Casa tem de haver policial legislativo com porte de arma, vem aqui uma parcela de deputados dizer: “Não pode e tal”. Cria-se uma celeuma. Ora, não dá para admitir que policial legislativo leve paulada nas costas, nos braços, nas pernas, e a Casa não tome nenhuma providência. A fala do deputado Gustavo Corrêa encontra ressonância na fala deste deputado quanto ao fato de V. Exa. adotar esse critério de estabelecer apenas uma entrada pela Rua Rodrigues Caldas, com detector de metal e *scanner* para tirar cópia da identidade ou de um documento com foto. Na verdade, qualquer pessoa tem todo o direito de adentrar o Poder Legislativo. Ninguém encontra óbice para isso, até porque aqui é a Casa do Povo. Mas, mesmo na Casa do Povo, é possível fazer uma identificação mínima, presidente. A situação não pode continuar como está. Encerro a minha intervenção fazendo esse apelo a V. Exa., porque, talvez, eu conheça um pouco a área da segurança. Então, se eu conheço alguma coisa, estou aqui fazendo um apelo a V. Exa. Como já sou um deputado experiente aqui na Casa – já no quinto mandato –, percebo que não dá mais para continuar da forma como está. Espero contar com a firmeza, a tranquilidade e o equilíbrio de V. Exa. Espero que V. Exa. seja contundente na providência e determine de imediato a adoção dessas medidas. Com certeza, estaremos aqui para



respaldá-lo, e tenho certeza de que o deputado João Leite, vice-presidente da comissão, fará a mesma coisa. Precisamos organizar melhor a entrada das pessoas no Parlamento. Muito obrigado, presidente.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente. Queria, na mesma linha do deputado Sargento Rodrigues, levantar essa preocupação com V. Exa. Aliás, V. Exa. nos recebeu justamente para tratar desse tema e discutir a preocupação com o fato de oito policiais legislativos terem sido feridos. Foi um ataque à Assembleia Legislativa. As pessoas deixaram o ônibus longe e, quando saíram da Rua Dias Adorno e entraram na Rua Rodrigues Caldas, já entraram correndo para dentro da Assembleia Legislativa, e os nossos policiais se protegiam com as mãos e os braços. Eles tomaram muita bandeirada e muita paulada. Ficamos muito preocupados com isso. Sei que V. Exa. tem muito cuidado com isso, mas, na verdade, temos de proteger os nossos policiais, que estão desarmados. Imaginei que poderia haver barreiras para impedir esse tipo de entrada. É claro que a Assembleia Legislativa pertence ao povo e que devemos facilitar a entrada das pessoas, mas não de um bando com a intenção de quebrar o patrimônio que não pertence aos deputados, mas ao povo de Minas Gerais. Alguns lugares da Assembleia Legislativa já foram tombados como patrimônio histórico. Gostaria de lembrar a V. Exa. desse cuidado, pois sei que está atento a isso. Talvez, no recesso, possamos planejar com o secretário Ulysses Gomes e com o deputado Sargento Rodrigues, que ficará de plantão, apesar de ter algumas viagens a fazer pelo interior. Temos de ter o cuidado de proteger esses servidores da Assembleia Legislativa, que têm a sua vida permanentemente à disposição dos parlamentares, da Assembleia Legislativa e da população que vem participar. O deputado Sargento Rodrigues deve ser lembrado desse nosso compromisso com os nossos policiais. Poderemos aproveitar o recesso para fazer um planejamento de proteção da vida dos nossos policiais, daqueles que vêm à Assembleia Legislativa – esta Casa pertence ao povo – e a este patrimônio, que, como disse, já é considerado patrimônio histórico de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Gostaria apenas de comunicar a esta Casa que estudos já foram feitos no passado. Havia essa determinação, e alguns deputados eram contrários a essa identificação de todos que entram nesta Casa. Gostaria também de lembrar que esta é a única Assembleia do Brasil que ainda não tem esse sistema de identificação. Em todos os órgãos públicos e em prédios públicos e privados da região central, há esse sistema de fiscalização. Sr. Presidente, acho que já passou da hora de modernizarmos a entrada da Assembleia Legislativa. Tenho certeza de que a população, que já está acostumada a se identificar em todos os prédios públicos e privados, não enfrentará dificuldades em relação a essa implantação na Casa. Obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, complementando o que o deputado Alencar da Silveira Jr. acabou de dizer, informo que todos nós sempre temos a oportunidade de estar em Brasília. No Congresso Nacional, até nós, parlamentares, somos obrigados a nos identificar. Algum deputado, com todo o respeito, pode ser contra, mas tenho certeza de que esse não é o sentimento da grande maioria, e, nesse caso, a maioria deve prevalecer. Essa determinação já havia sido fruto de reunião de líderes. Temos de fazer com que isso prevaleça, pedindo perdão aos parlamentares contrários, que podem receber as suas lideranças em seus gabinetes, pois a Assembleia Legislativa permite que a estrutura de cada gabinete receba a população. Como o deputado Alencar da Silveira Jr. disse, não é afronta a nenhum cidadão pedir a sua identificação. O deputado disse muito bem que todos os prédios públicos e privados exigem que o cidadão se identifique. Então isso não será demérito para ninguém. Pelo contrário, isso será bom para sabermos quem está na Assembleia Legislativa, e os cidadãos que se encontram nas galerias terão mais tranquilidade, pois, nesse meio, podem estar marginais sem sabermos. Sr. Presidente, essa identificação é justa.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. Fiquei ausente por algum tempo, pois estava em uma audiência pública na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Saúdo os valorosos servidores que aqui se encontram, especialmente os da Uemg, que aguardam o desdobramento das reuniões de hoje.



Queremos encaminhar contrariamente ao projeto da reforma. Desde o primeiro momento, da tribuna ou em outros pronunciamentos, argumentamos que o projeto deveria ser tratado de outra forma, com um debate mais apurado, mais preciso e com todas as categorias, uma vez que a extinção de várias secretarias e departamentos integram a reforma. Quero encaminhar, salvo emendas, e iremos pedir destaque às emendas que começaremos a votar. Sempre que usamos a tribuna, presidente, foi com o objetivo de convergir e construir em favor dos servidores do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Vem à Mesa requerimento do deputado Wander Borges em que solicita a votação destacada da Emenda nº 118. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a votação destacada da Emenda nº 52. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a votação destacada dos incisos VII e VIII do art. 7º da Lei nº 15.301, de 2004, acrescentados pelo art. 154 do Substitutivo nº 1. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 122, 147, 163 e 165. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada da Emenda nº 189. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada do § 1º do art. 56, dos arts. 103, 104 e 106, do art. 115, dos arts. 129, 130 e 148 e do inciso LXXVII do art. 195 do Substitutivo nº 1. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada das Emendas nº 49 a 51, 54, 57, 70, 71, 95, 119 e 120. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada do art. 26 do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 114 e 116. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada do § 3º do art. 19, do § 2º do art. 22, do inciso IV do art. 25, dos incisos II e VII do art. 34 e do art. 44 do Substitutivo nº 1. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada do § 5º do art. 9º do projeto original. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a inversão da preferência na votação, de modo que o projeto original seja votado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Esse requerimento é de autoria do bloco de oposição, solicitando que seja votado o projeto original. Queremos que seja votado primeiro o projeto original. Por essa razão, nosso voto é “sim”.



O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Vamos votar “não” porque a prevalência tem de ser dada ao substitutivo, pois nele todos os setores foram ouvidos. Pergunto se esse trabalho todo de escuta se perderia. Voltar ao projeto original é não incorporar muitas sugestões que entidades e sindicatos fizeram. Por isso, temos de votar “não”.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Destaque é separado, estamos no requerimento, deputado Durval Ângelo. Apenas para fazer um contraponto a V. Exa., o deputado Gustavo Valadares bem colocou: o bloco de oposição votará “sim” a esse requerimento. Mas o deputado Durval Ângelo –que me perdoe diante de sua presença aqui – disse que tem de prevalecer o substitutivo, porque foi fruto de acordo com os sindicatos. Pelo que me consta, o governo não ouviu sindicato algum para tratar dessa reforma administrativa. Pelo contrário, se recusou a receber e ouvir os sindicatos. Então, esse substitutivo não foi feito a quatro mãos. Foi feito apenas pela mão do governo visando seus interesses.

Por essas e por outras razões, a oposição é contrária a esse projeto, porque esse governo não ouviu a sociedade, não ouviu os sindicatos e não ouviu aqueles que são os grandes prejudicados com essa reforma.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Durval Ângelo – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Duarte Bechir – Voto “não”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 14 deputados; votaram “não” 33 deputados, totalizando 47 votos. Está ratificada a aprovação do requerimento. Está, portanto, rejeitado o requerimento do deputado Gustavo Corrêa.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação por partes, artigo por artigo, do Substitutivo nº 1. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado João Leite – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Gustavo Valadares – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 15 deputados; votaram “não” 36 deputados, totalizando 51 votos. Está ratificada a rejeição do requerimento.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, para não interromper o processo de encaminhamento de votação, pedi declaração de voto para apresentar o seguinte requerimento: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 233 do Regimento Interno e em observância



ao art. 54 da Constituição do Estado de Minas Gerais, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o montante de recursos economizados em sendo aprovados os projetos de lei relativos à reforma administrativa enviados por ele a esta Casa, sendo o montante discriminado por projeto, mês e ano. Segundo informado pelo governador do Estado, os projetos de lei da reforma administrativa enviados a esta Casa têm por escopo readequar a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo, visando, sobretudo, à racionalização da estrutura administrativa, à otimização do gasto e à relação entre meios e fins, com economia e qualidade na prestação de serviços públicos. Hoje, segundo informações prestadas pelo Poder Executivo, cerca de cento e cinquenta e sete mil servidores públicos estão recebendo seu salário em três parcelas, motivo pelo qual a economia de recursos, em tese, poderia regularizar o pagamento integral, no quinto dia útil, de todos os servidores. Cabe ressaltar que, segundo divulgado pela Secretaria de Estado de Fazenda no Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2016, publicado no jornal *Minas Gerais – Diário do Executivo*, em 25/5/2016, o Poder Executivo ainda se encontra acima do limite prudencial de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – 47,71%. Esse descumprimento traz diversas restrições para a administração, como vedação de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração não derivados de sentença judicial, determinação legal ou contratual ou revisão geral anual e constitucional; vedação de criação de cargo, emprego ou função e de alteração de carreira que implique aumento de despesa; vedação de provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal que ultrapasse a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e a proibição de contratar horas extras não previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em que pese o governo afirmar que a economia poderia ser gerada pela aprovação dos projetos de lei da reforma administrativa, no primeiro projeto de lei enviado a esta Casa já se criaram, na data de 5/1/2015, três secretarias de Estado e centenas de cargos comissionados, gerando despesas adicionais para o erário. Isto posto e com fulcro no inciso II do art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe que compete à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o controle externo da administração pública, com o auxílio do Tribunal de Contas, combinado com o art. 76, que dispõe sobre as competências da Corte de Contas, faz-se mister desta Casa verificar se as medidas constantes nos projetos de lei da reforma administrativa realmente auxiliarão o Poder Executivo na missão de racionalizar os gastos e reequilibrar as finanças públicas do Estado, assim como a economia de recursos discriminada por projeto, mês e ano.

Portanto, Sr. Presidente, estou apresentando este requerimento em Plenário, para que o governador Fernando Pimentel, do PT, envie a esta Casa uma única informação, falando da economia de cada projeto de lei por mês e por ano, porque, até o presente momento, não recebemos nenhuma informação apontando qual a área e qual o valor que está sendo economizado pelo governo do Estado. Essa reforma é mais um engodo de Fernando Pimentel, do PT, Sr. Presidente.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 35 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Sr. Presidente, deputadas e deputados, estamos aqui para encaminhar o art. 9º, § 5º, do texto original, mas antes queria só registrar novamente a presença dos servidores públicos. Imaginem que estamos com um pouco mais de um ano de governo e temos aqui o conjunto dos servidores públicos insatisfeitos com o governo do PT, apoiado por vários outros partidos. Nesta manhã que vai se transformar em tarde, depois desse trabalho que realizamos de obstrução, tentando convencer os deputados do equívoco dessa reforma, desse *frankenstein* do Pimentel, temos aqui um conjunto de servidores, o Deop, a Uemg, o Sindifisco, a Corregedoria, a Imprensa Oficial, o IMA. Estamos aqui com servidores do meio ambiente. Estamos assustados com essa extinção do cargo de auditor da Fazenda. Como já disse, é o *frankenstein* do



Pimentel. Imaginem o Estado de Minas Gerais com a sua força, com a sua pujança na agropecuária, na luta contra todas as doenças que ocorrem, e, neste momento, temos o governo Pimentel enfraquecendo o IMA através dessa reforma. É algo impensável na história de Minas Gerais. Apoio-me no deputado Antônio Carlos Arantes, no deputado Fabiano Tolentino e no deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estão nessa luta. Vários são da agropecuária e amigos da agricultura e da pecuária no Estado de Minas Gerais. Mas não há agropecuária em Minas Gerais sem o IMA. Esse governo tem o apoio da Assembleia Legislativa, mas perde o apoio dos servidores, pois não os ouvem. Agora estamos aqui, como disse minha mãe, servidora pública aposentada, com essa coisa esquisita que mandaram para a Assembleia Legislativa. Não há onde pegar nem como carregar essa reforma do governador Pimentel, que desagrada todos, menos a sua base na Assembleia Legislativa, que votará a favor. Dá para entender uma coisa dessa?

Gostaria, especialmente, de tratar das atribuições da correição no Poder Executivo. Por isso, fora a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, que já têm a sua corregedoria, defendemos que todos os outros devem ser acompanhados. Isso acontece também conosco. Somos acompanhados. É isso mesmo. Vocês nos puseram aqui. Esta Casa não representa o governador Pimentel, mas vocês, população de Minas Gerais, servidores públicos. Essa é a maneira de corrigirem e fiscalizarem o Poder Executivo, que já tem muita força. Como podem acompanhar? Por intermédio dos deputados e das deputadas. Não é o governador, e não são os secretários que representam os servidores públicos, mas a Assembleia Legislativa. Ela tem de atendê-los. Nesta manhã e nesta tarde, votarei como querem. Não para esse governo. Não! Não! Não! Esse governo, que veio dizendo que era o governo dos servidores públicos, traiu os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Isto é traição: regime de urgência e mandar para decreto. O PT gostava de falar sobre as leis delegadas, mas decreto é pior, pois não tem de vir à Assembleia Legislativa. Um governador, de qualquer partido, decide a carreira e a vida do servidor público e da sua família sem ter de consultar os seus representantes. Não! Não! Não! Não. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, pedi a V. Exa. a palavra pela ordem para fazer algumas comunicações importantes. Esta semana, obtivemos informações, especialmente da área da educação básica do Estado, que têm tido muita repercussão. Fiquei de fazer alguns comunicados em relação a essa questão. Em primeiro lugar, cumprimento todos os deputados, as deputadas, os servidores que nos visitam, a bancada da imprensa. Sr. Presidente, esta semana, vimos encaminhadas duas listas fundamentais referentes à nomeação de servidores da área da educação pública no Estado. Foram mais 2.500 nomeações no ensino fundamental e médio. Com isso, presidente, totalizaram-se 30 mil nomeações no governo Fernando Pimentel. A meta que tínhamos estabelecido era de 60 mil até o final do governo, mas nós estamos solicitando ao governo e também ao nosso líder, deputado Durval Ângelo, que ampliemos a meta de nomeações. Para o segundo semestre, mais 15 mil nomeações foram anunciadas; então, totalizaremos, até o final do ano, 45 mil nomeados na educação básica no Estado de Minas Gerais. Isso somado a aproximadamente sessenta mil, que é número de professores efetivos nomeados, chegaremos, até o final do ano, a 100 mil professores nomeados. É um número grande, mas pequeno frente às necessidades postas. O Prof. Dirceu, nosso deputado, acompanha a situação e sabe disso. Temos, no Estado, aproximadamente 200 mil profissionais da educação, cerca de 180 mil professores. Esses 100 mil significam que ainda teremos um déficit de nomeações de 80 mil, ainda que 45 mil tenham sido nomeados apenas neste governo. A meta, que seria de 60 mil, deve ser ampliada para, pelo menos, 90 mil profissionais da educação. Com isso, conseguiremos chegar ao final do governo com aproximadamente cento e trinta mil, cento e quarenta mil professores nomeados, o que daria um resultado estupendo para a educação no Estado de Minas Gerais, porque esses profissionais já teriam, além da nomeação, Sr. Presidente, o plano de carreira e o piso salarial contemplado. No acordo feito, esse piso salarial significa o reajuste dado ao professor com base no piso salarial nacional, e, ao mesmo tempo, colocam-se alguns abonos acordados, incluindo um no mês de agosto. Isso é uma recuperação que, esperamos, será de fato efetivada no período do governo. São boas notícias que foram colocadas. Sr. Presidente, outra questão importante, que faz parte da recuperação do sistema educacional, foi a decisão do governo em relação à alimentação escolar. Havia um quadro em que a alimentação escolar era bancada com o dinheiro do Fundo Nacional de Alimentação Escolar. O governo do Estado não colocava recursos para a alimentação escolar. Nós, felizmente, tivemos uma



decisão do governador que dobrou a verba para a alimentação escolar. A cada real colocado pelo governo federal, também é colocado R\$1,00 em recursos do governo do Estado. Isso melhorou a qualidade da alimentação escolar e propicia ao pequeno produtor, que entrega a alimentação escolar, uma importante geração de emprego e de renda no campo. Pela lei aprovada, encaminhada na época pelo presidente Lula, é obrigatório que pelo menos 30% da alimentação escolar sejam comprados diretamente do pequeno produtor, do agricultor familiar. Isso significa o dobro dos recursos que lá estão colocados. Esse é o sentido de algumas medidas, presidente, que foram tomadas nesta semana e que são fundamentais para a alocação de maiores recursos na área educacional, com a qual temos tanto compromisso.

Presidente, gostaria de terminar trazendo outro assunto – por isso pedi a questão de ordem –, que diz respeito à Comissão das Barragens da Assembleia Legislativa. Hoje – chamo a atenção dos colegas que estão aqui e dos servidores públicos da área do meio ambiente – completam-se oito meses desde que aconteceu a tragédia de Mariana. Depois de amanhã vamos votar o relatório final da Comissão das Barragens. Esse relatório foi feito por uma comissão extraordinária presidida pelo deputado Agostinho Patrus Filho, a quem parabeno, porque exerceu uma ótima direção, possibilitou uma coesão, uma unidade dos trabalhos da comissão. Tive a honra, com o deputado João Magalhães, de elaborar o relatório, que também teve a ajuda dos relatores setoriais: a deputada Celise Laviola, o deputado Thiago Cota, o deputado Bonifácio Mourão e o deputado Celinho do Sinttrocel. Esse relatório ficou pronto, foi lido. Na próxima quinta-feira, depois de amanhã, faremos a sua votação. Peço permissão ao presidente para ressaltar alguns pontos do relatório. Em primeiro lugar, o que aconteceu em Mariana não foi um acidente; não houve, como alguns insinuaram no início, um abalo sísmico ou coisa do tipo. Não. O que houve em Mariana foi um crime cometido pela Samarco, que é uma empresa controlada por duas das maiores mineradoras do mundo: a Vale e a BHP Billiton. Esse crime não foi até hoje sanado, do ponto de vista das pessoas, do prejuízo social e muito menos do prejuízo ambiental. Presidente, o nosso relatório vai conter – depois vocês poderão observar isso – várias recomendações e, ao mesmo tempo, três projetos de lei: um, que foi enviado pelo governador Pimentel, estipulando uma política para os atingidos por barragens. Não mais serão permitidas barragens que não considerem aquelas pessoas que serão atingidas. Não é somente a questão de onde será construída a barragem, mas a daqueles que serão afetados de alguma forma. Qualquer barragem, para ser construída, terá de levar em consideração esses atingidos. Termino, presidente, dizendo que os outros dois projetos têm o objetivo de aprimorar a legislação. Num deles, será estipulado que todo o recurso proveniente da taxa minerária terá de ir para a Secretaria de Meio Ambiente. Hoje, esse recurso, que está em torno de R\$240.000.000,00, infelizmente, vai – há muito tempo é assim – engrossar os caixas da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Fazenda e até da Polícia Militar. Estamos colocando todos esses recursos na Secretaria de Meio Ambiente, para que possa desenvolver um trabalho de fiscalização, de tecnologia e de valorização dos servidores da área. Esse é um dos projetos de lei que apresentamos. O outro projeto de lei diz respeito à segurança das barragens e a um licenciamento mais rigoroso. Vamos proibir a construção de qualquer tipo de barragem a 10km de distância de comunidades, povoados ou mananciais de água que abasteçam a cidade. Vamos proibir também a chamada barragem a montante, cujo alteamento é feito a montante da barragem. Esse tipo de barragem é mais barato, deputada Geisa Teixeira, mas muito mais perigoso. Isso está proibido no projeto de lei. Hoje, o Ministério Público entregou projeto semelhante a esse, com 56 mil assinaturas, reforçando, portanto, o projeto de lei que estamos apresentando, da Comissão das Barragens, que será lido esta tarde e começará a tramitar nesta Casa. Sr. Presidente, quis aproveitar este momento para também apresentar ao conjunto dos deputados e deputadas, aos servidores públicos e a quem assiste à TV Assembleia, ao povo mineiro de maneira geral que a Comissão das Barragens termina com um saldo positivo, que tínhamos a obrigação de fazer e vamos apresentar na próxima quinta-feira. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques.



– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O deputado Ivair Nogueira – Presidente, voto “sim”.

O deputado Bosco – Meu voto é “sim”, presidente.

O deputado Wander Borges – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 15 deputados, totalizando 51 votos. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 2, 3, 7 a 9, 15, 17, 24 a 26, 28, 30, 33, 35, 42, 43, 45, 46, 61 e 76. Votação do § 5º do art. 9º do projeto original. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, servidoras e servidores que já sentiram o primeiro golpe, já sentiram que haverá um sacrifício aqui, neste dia, na Assembleia Legislativa, e eu, infelizmente, tenho de anunciar a vocês que o sacrificado é o servidor público.

Este governo resolveu sacrificar o servidor público, resolveu enfraquecer o serviço público no Estado de Minas Gerais, lamentavelmente. Estamos vendo a destruição do serviço público. Nós já sabemos qual é o verdadeiro interesse daqueles que vieram com aquele discurso de fortalecimento do servidor público, pela primeira votação.

Vocês foram traídos. Mentiram para vocês. E agora nós temos aprovado o grosso da reforma. Algumas coisas estão salvas ainda. Uma delas é este destaque; outras também serão votadas em destaque.

Poderão ser criadas três secretarias, uma delas seria a secretaria emergencial de saúde, é um negócio assim, é um *frankenstein*, não tem outro nome para dizer a vocês o que isso representa. Secretaria emergencial da saúde; o dinheiro vai ficar na mão de um companheiro, que deverá colocá-lo em algum lugar no Estado, e necessariamente não tem de ser naquilo onde efetivamente é necessário. E, especialmente nesse art. 9º, no § 5º, estaríamos destruindo aquilo que é mais importante: o acompanhamento, a correição em todos os órgãos do Estado. O governo está tirando isso, quer ter os privilegiados, que não serão corrigidos, não serão acompanhados. Por isso, encaminho a votação “sim” para esse destaque, porque, dessa forma, teremos o corregedor, a corregedoria, o controle em todos os órgãos.

Podemos ficar aqui falando, falando, mas o governo quer aprovar, o governo quer passar um trator em cima do servidor público. E podem vir com aquele discurso da campanha: “Nós viemos pelos servidores públicos...”. Aquele discurso não engana ninguém mais. O Sr. Pimentel mentiu para vocês.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Vou encaminhar “não” porque estou achando que houve uma confusão enorme. No projeto original, só teria correção própria a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Houve uma mobilização de entidades, numa negociação com o governo, para que mantivesse, também, a Secretaria de Estado de Fazenda e a Advocacia-Geral do Estado. Então, estamos mantendo o que já existe. E o substitutivo é mais amplo, acolhe mais questões. Acho que, no afã de ser contra, as pessoas não estão vendo que o substitutivo é que realmente dialogou com os setores dos

servidores. Por isso, aconselho os deputados da base do governo e outros da oposição, que tiverem sensibilidade, dizendo-lhes que o voto correto é “não”, é não voltar ao original, é manter o substitutivo.

O presidente – Em votação, o § 5º do art. 9º do projeto original.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

O deputado João Magalhães – Presidente, voto “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 38 deputados; totalizando 54 votos. Está rejeitado o § 5º do art. 9º do projeto original. Votação do art. 26 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, vim defender a não aprovação deste artigo, porque ele retira a Secretaria de Desenvolvimento. Inicialmente, o governo do Estado até propunha eliminá-la, porque parece que ela não faz parte do sonho de desenvolvimento do governador para Minas Gerais. Ele queria extinguir essa secretaria, em vez de implementar uma ação pesada nela. Depois de muita pressão, em que realizamos audiências públicas e trouxemos as organizações comerciais, industriais, agropecuárias, ele modificou o projeto, fazendo uma fusão dela com a de Ciência e Tecnologia. Isso não atende. No momento de crise no País, e no Estado não é diferente, o governo deveria ser dinâmico, deveria acreditar no povo, no empresário, no trabalhador, no empregador, criar ações pesadas e fomentar o desenvolvimento através dessa secretaria. Mas faz o contrário, ele a menospreza, joga-a lá no cantinho, como se fosse suburbana, num ponto que não é o mais interessante.

Encaminhamos pelo voto “não”, deixando a secretaria, sim, ativa, viva, além de propormos que se injetem nela recursos, que se busquem as cabeças pensantes do Estado, a iniciativa privada, os técnicos que já existem, e mais ainda, na Fundação João Pinheiro, nas fundações, nas universidades para promover o desenvolvimento econômico através de ação efetiva e de resultados, porque cada emprego gerado são três, quatro pessoas que passam a ter uma condição de vida melhor. Deveria haver uma ação positiva do governo, como fizemos na época de Aécio e Anastasia, quando várias empresas vieram para Minas Gerais, fruto da nossa articulação com a Secretaria de Desenvolvimento. Muitas vieram e cresceram em função de haver uma secretaria dinâmica, que acolhia o empresariado, acolhia o produtor, acolhia o desenvolvimento econômico.

A proposta do governador, inicialmente, era sepultar a secretaria. Diante da pressão, resolveu colocá-la num cantinho, lá na Ciência e Tecnologia. Não atende. Esse deveria ser o gesto de ouvir para governar, mas o governador não está ouvindo o grito dos excluídos, o grito dos desempregados, o grito da falta de crescimento e desenvolvimento. Temos convicção de que o voto tem de ser “não”.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Estamos encaminhando o substitutivo e votando “sim”, por uma questão muito simples. Se, por acaso, o “não” ganhasse, a secretaria seria extinta, porque o projeto original, encaminhado para cá, não previa a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. No art. 26, com orientação do governo e após reuniões, fiz a junção da Secretaria de Estado



de Desenvolvimento Econômico com a de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Se queremos manter a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, se não desejamos que seja extinta, temos de votar “sim” ao substitutivo, porque o “sim” é que garante o seu funcionamento. O “não” significaria voltar ao original, e a secretaria deixaria de existir.

As coisas estão ficando muito confusas na votação, e quero esclarecer que o “sim” é a garantia de que a secretaria será mantida com a estrutura de hoje; a mesma estrutura seria mantida.

Por isso, oriento os deputados a votarem “sim”. A manutenção do nosso substitutivo é que garante o funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O presidente – Em votação, o art. 26 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 17 deputados; totalizando 53 votos. Está aprovado o art. 26 do Substitutivo nº 1. Votação do § 1º do art. 56 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fabiano Tolentino.

O deputado Fabiano Tolentino – Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Nesse artigo, também peço o voto “não” dos deputados, porque ele compromete muito, principalmente as autarquias. Estão aqui conosco o IMA, o Ipem, o Idene, o DER, o Instituto dos Servidores Militares de Minas Gerais e outros.

Na verdade, o § 1º é muito perigoso. Ele diz que as diretorias dessas autarquias a que se refere o *caput* serão denominadas por meio de decretos, ou seja, vai retirar todo o poder desta Casa. Se não votarmos “não” a esse artigo, para retirá-lo do projeto, todas as ações das autarquias serão feitas pelo governo, por meio de decretos. E onde está o poder desta Casa? A partir daí, acabou, tudo será feito por meio de decretos do governo, que é o que não queremos.

E sigo dizendo, Sr. Presidente – depois o deputado Antônio Carlos Arantes também vai defender o voto “não”, e é muito importante que esta Casa o escute com atenção –, que o art. 104 está extinguindo 374 cargos do IMA, e não podemos deixar que isso aconteça, porque o setor agropecuário vai acabar. Neste momento, peço voto “não” para o § 1º do art. 56.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Meu encaminhamento é pela manutenção do § 1º do substitutivo por decreto, por uma questão muito simples. Hoje, em função de leis delegadas que estamos revogando, isso já é estabelecido por decreto. Durante 12 anos, o governo usou a denominação e a especificação de diretorias por meio de decreto, porque uma lei delegada garantia isso. Se, simplesmente, a lei delegada está sendo revogada por esse projeto de lei – estamos revogando inúmeras leis delegadas –, o instrumento tem que continuar. Então, durante 12 anos, não vimos deputados contra a regulamentação por decreto. Se estamos revogando a lei delegada, tem que ser “sim”, com a manutenção do que já existia nesses 12 anos. Pedimos o voto, por coerência. Por isso é que estamos encaminhando “sim”, pela manutenção.

O presidente – Em votação, o § 1º do art. 56 do Substitutivo nº 1.



– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados, e votaram “não” 18 deputados, totalizando 50 votos. Está aprovado o § 1º do art. 56 do Substitutivo nº 1.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, gostaria de declarar aqui que votei “não” apenas para chamar a atenção dos servidores que aqui se encontram para o fato de que aquele partido que um dia disse ser defensor de trabalhadores não é esse partido. Isso ficou muito claro, e gostaria de que os servidores públicos de Minas Gerais entendessem, de uma vez por todas, que aquela figura de pegar a bandeira e ir para a porta das fábricas, de criar sindicatos, de falar que é defensor de trabalhador não existe. Qual é a defesa? É a defesa do desmonte do serviço público e da desvalorização dos servidores? Os servidores estão aqui. Onde está o governador do Partido dos Trabalhadores? Onde estão os defensores dos trabalhadores nesta Casa? Onde eles estão? Eles estão votando contra os trabalhadores, Sr. Presidente. Esse é o PT, o PT que mandou para esta Casa uma reforma administrativa mentirosa, um engodo, uma falácia. Essa reforma administrativa só atende aos interesses do PT e de seus companheiros, daqueles que estão sendo colocados nos cargos. Por que ninguém fala aqui em acabar com a Secretaria de Direitos Humanos? É porque lá está o companheiro Nilmário Miranda; ninguém fala em acabar com essa secretaria. Agora, destruir o IMA, a Imprensa Oficial, a Uemg, o Deop, isso é o que o PT está fazendo em Minas Gerais. Infelizmente, Sr. Presidente, não consegui ficar calado diante de tamanha covardia do governador Fernando Pimentel. Ele está cometendo uma covardia com os servidores. Esse é o partido que, um dia, disse ser defensor de trabalhadores. Onde estão os defensores? Ora, arreentaram com o IMA, com a Imprensa Oficial, com a Uemg, com o Deop. É isso? Isso é ser defensor de trabalhador? Hoje, Sr. Presidente, existem nada mais, nada menos que 157 mil servidores recebendo seu salário parcelado. Agora há pouco, ouvi um deputado na tribuna falar do relatório das barragens. O que esse relatório tem a ver com a reforma administrativa? O que ele tem a ver com a covardia que estão cometendo? Sr. Presidente, vou-me assentar aqui e quero ouvir o Partido dos Trabalhadores explicar o que está fazendo com os servidores. Ora, criar secretaria e diretoria por decreto, presidente, antes de mais nada é usurpar a função deste Poder. Não há possibilidade de se criar secretaria, diretoria ou qualquer órgão ou cargo por decreto. Isso é usurpação do Poder Legislativo. Líder Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, não podemos permitir o que estão fazendo: desmontando o Estado, pois quem está pagando o preço é o servidor público; quem está pagando a conta é o servidor público. Talvez, presidente, os servidores gostassem de ser informados sobre quanto Pimentel está gastando com fretamento de jato na Líder Táxi Aéreo. Em 2014, o governo anterior gastou R\$138.000,00 com fretamento de jato. Em 2015, Pimentel gastou R\$685.000,00 com fretamento de jato. Nos seis primeiros meses de 2016, Pimentel gastou R\$704.000,00 com fretamento de jato. Onde está a economia? A economia só é feita no lombo do servidor. A sacanagem, a covardia é com o servidor. Não há economia, presidente. Estou esperando o deputado líder do governo trazer aqui a informação sobre a economia dessa reforma falaciosa, mentirosa e enganosa.



O deputado Rogério Correia – Primeiramente quero reiterar o que eu disse sobre a questão de Mariana. Eu fiz uma observação muito séria. Hoje completam-se oito meses do crime ocorrido em Mariana. Se um deputado acha que isso não tem importância, paciência, sei que para ele pode ser importante vir aqui apenas para tratar de assunto dele. Mas esse é um assunto fundamental. Hoje recebemos 76 mil assinaturas de cidadãos preocupados com esse assunto, e sei que os servidores que aqui se encontram, notadamente os do meio ambiente, sabem da importância de denunciarmos esse crime da Samarco. O servidor público não é aqui um partidário do PSDB nem um partidário do deputado Sargento Rodrigues e de suas preocupações. Então, reitero aqui a questão de Mariana e peço a todo servidor público que tenha a consciência de que aconteceu um crime e que esse crime ocorrido em Mariana não pode ser esquecido. Em segundo lugar, se o deputado Sargento Rodrigues não está nem aí para o que aconteceu em Mariana e acha que o importante é apenas o assunto que ele escolhe, paciência. Falei da tribuna em questão de ordem. Não era, necessariamente, a defesa daquele projeto. Então, na questão de ordem, eu exponho o assunto que V. Exa. me permitiu expor. A terceira questão é que não há nenhuma perda de direito para nenhum servidor público efetivo nessa reforma. Se houver qualquer prejuízo para algum servidor público, por favor, procure-nos, que vamos, evidentemente, fazer as devidas modificações. Mas não há nenhum! Ao contrário do que o PSDB, os tucanos e tucanoides fizeram naquela ocasião. Aí, sim, ver servidor público aplaudindo o que o PSDB fez... realmente esse não pode ser servidor público de carreira. O PSDB destruiu o Estado e fez do serviço público, em Minas Gerais, um arrocho constante. O professor e a escola nem podem ouvir falar esse nome. Então, assusta-me muito que agora, neste momento, aqueles que no passado tiraram o dinheiro da previdência do servidor público no final do ano, quando bilhões saíram da previdência, sendo que eles votaram favoravelmente à retirada do dinheiro da previdência do servidor, se esquecerem disso. Aqueles que mentiram dizendo que iam efetivar pessoas sem concurso público também agora estão em silêncio. Estou falando daqueles que não deram o ajuste nem fizeram o pagamento de piso e hoje vêm aqui dizer que são arautos defensores do serviço público. Acredite nisso quem quiser. Na reforma que está sendo feita, o cuidado que estamos tendo, e posso garantir isso aos deputados e às deputadas, é de que nenhum reajuste e nenhuma carreira seja alterada. Todos estão sendo aproveitados. Nesse projeto, especificamente, não há nada, absolutamente nada, em relação a essa questão. A reforma cuida de modificações que hoje são feitas à luz do dia e com discussões. Elas não são feitas, como acontecia no passado, com leis delegadas. Digo isso para algumas pessoas que aqui estão aplaudindo e gritando “fora PT”. Só o Aécio Neves fez 200 leis delegadas, e os tucanos aplaudiram essas 200 leis delegadas, principalmente os tucanos que lá estavam para reprimir os servidores públicos e o sindicato dos servidores públicos. Esses tucanos agiram assim, com leis delegadas. Nada foi feito à luz do dia, e não houve deputado para vir falar de lei delegada aqui não, pelo contrário, votaram favoravelmente e avacalharam a vida de milhares de servidores públicos. E o pior é que agora muitos vêm fazer demagogia, como se fossem deputados de auditório. É preciso colocar os pingos nos is. Já que o assunto existe, então que ele seja exposto, mas não com questões de ordem para atacar o governador Pimentel, com coisas que não podem ser provadas e com baixarias. Aliás, esse tem sido o costume de alguns deputados aqui.

O presidente – Votação do art. 103 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, o voto é “não”. Temos de escutar aqui esses que se fizeram de democratas ao longo do tempo e que se dizem democratas. Democracia é alternância de poder, mas, se deixar, o PT fica 100 anos no poder. Na época, eles até usaram esse discurso, mas esse povo nunca foi democrata. O regime militar os perseguiu, e isso nada mais foi para eles do que uma bandeira para se infiltrarem na Igreja e em setores liberais que aspiravam à liberdade. O PT nunca foi democrático. O PT governou o País, por 13 anos, com medidas provisórias. Foram milhares e milhares de medidas provisórias para os deputados engolirem goela abaixo. Na verdade, uma medida provisória é pior que uma lei delegada, porque viram lei na hora. Essa é a forma que têm de governar num país em que há muita necessidade de ver as coisas entrarem em vigor, porque o Congresso é muito grande, não legisla e não vota, além de ter mais de 30 partidos. Esse presidencialismo de colisão funciona é com medida provisória e com decreto-lei de regime militar. Agora, o que estamos vendo aqui, em Belo Horizonte, é

o governo do PT editar os velhos e famigerados decretos-leis. Esse projeto de lei do governador pede para criar três secretarias extraordinárias. Mas secretarias extraordinárias para quê? Para fazer mutreta? Secretaria extraordinária de mutreta ou secretaria extraordinária do quê? Quero saber. A verdade é que um governador mandou um projeto de lei para a Assembleia pedindo para criar, por decreto, três secretarias. Ou seja, vamos autorizá-lo a criar, por decreto, três secretarias de quê? Três secretarias serão criadas por decreto, de cabo a rabo. É um “decretão” de toda a estrutura.

E vêm questionar lei delegada. Posso emendar um decreto? Não, mas posso emendar uma lei delegada. Posso revogar e emendar uma lei, posso substituir uma lei delegada, mas o decreto é algo de competência exclusiva do senhor governador. É algo indiscutível. Estamos dando a ele a capacidade de montar três secretarias extraordinárias. Se houver aqui um processo de impedimento dele, ele deve negociar. Precisa haver três secretarias? Saca da cartola o coelho ou aquele lencinho na frente da televisão. É o mágico de Oz. O governador é o mágico das Minas Gerais. Está com três secretarias no bolso do colete, criadas por decreto. Que reforma administrativa do governador é essa, povo de Minas Gerais? Povo de Minas, está aqui o governador.

Sabe o que estamos fazendo com esta emenda aqui? Estamos consertando o pau torto. Minha mãe disse, deputado João Leite, que pau que nasce torto tende a morrer torto. Estamos tentando consertá-lo, Sr. Presidente. Estamos fazendo um pedido agora. O governador quer tudo por decreto. Ele criará essas secretarias, fará essa reforma e movimentará parte de dotação orçamentária, de abertura de crédito suplementar, tudo por decreto, sem passar pela Assembleia. Já faz as transposições, todas automáticas, tudo do jeito que ele quer, para criar o que ele quer. Tudo é por decreto. A parte orçamentária é feita todinha dispensando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que é a fiscal do dinheiro do povo, como manda a Lei nº 4.320, a lei orçamentária e financeira do País. Estamos fazendo uma emenda para impedir que ele movimente toda essa questão financeira, de criação dessas secretarias, dessas transposições, por decreto, sem passar pela Assembleia Legislativa, sem dar conhecimento público aos representantes do povo, que têm de autorizar a abertura desses créditos suplementares especiais e mais o que ele quiser. As coisas não podem ser feitas por meio de um simples decreto dele, automaticamente.

Sr. Presidente, que não me venham dizer que são farinhas de outro saco. São farinhas, sim, daquilo que fizeram no governo federal e que estão fazendo aqui com essa reforma. São três secretarias no bolso do colete, por decreto. O mágico das Minas Gerais quer três secretarias.

Quer tê-las no colete, criadas sabe-se lá para quê. É secretária de quê? Que pífia a reforma administrativa! Não, Sr. Presidente, é o destaque que estamos fazendo.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – O art. 103 do substitutivo, quanto à extinção dos cargos: são cargos vagos e sem concursados para ocupá-los. Repito, são cargos vagos, sem concursados para ocupá-los. O interessante é que o amigo que me antecedeu é quem mais critica o inchaço da máquina pública.

Estive representando o Poder Legislativo num colóquio, esta semana, em Ourém, cidade com 55 mil habitantes. Fiquei admirado quando o presidente da câmara municipal disse que lá havia 451 servidores. Disse que era muito pouco. Ele respondeu que hoje está tudo informatizado. Estamos extinguido, Felipe, cargos vagos, sem concursados para ocupá-los. Por isso solicito o voto “sim” para o substitutivo que apresentamos.

O presidente – Em votação, o art. 103 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio



Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Meu voto é “não”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 37 deputados; votaram “não” 17 deputados; totalizando 54 votos. Está aprovado o art. 103 do Substitutivo nº 1. Votação do art. 104 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, o art. 104 tem tudo a ver com o Instituto Mineiro Agropecuário – IMA. Neste país e neste estado, o pilar é o setor agropecuário. Vou falar resumidamente, meu presidente, Fabiano Tolentino. No setor agropecuário, o café e, principalmente, a parte de bovinocultura, o leite, que são 35 bilhões de litros produzidos por ano no País, sendo 9 bilhões de litros de Minas Gerais – em cada 4 litros, mais de um litro é mineiro –, o IMA tem papel fundamental. Se nós levantamos cedo e temos suco, leite, manteiga, isso tem tudo a ver com vocês. E falta pessoal, porque, à medida que o tempo vai passando, as pessoas vão se aposentando. Mas agora, com essa Emenda nº 104, não haverá como repor o pessoal. O Instituto Mineiro Agropecuário tinha de receber uma injeção de recursos e avanço do governo. E o governo... Deputado Nozinho, V. Exa. que trabalha muito, cuja empresa é na área da avicultura, sabe do que estou falando, o IMA não é simplesmente para cuidar do setor agropecuário, porque é no campo que nasce o emprego da cidade. O campo gera o emprego na Fiat, que vende a caminhonete, o carro Fiat, para o produtor. É no campo que nasce o desenvolvimento e a promoção em nosso estado. E isso, gente, passa por certificação. O nosso café, deputado Dilzon Melo, que conhece muito do assunto, hoje já é exemplo de certificação. E o IMA tem tudo a ver com isso.

Vocês, deputados, que, como eu, defendem a agricultura familiar, a agroindústria, sabem que já falta pessoal para dar vazão aos processos para que esse pessoal possa crescer e gerar desenvolvimento. Está faltando gente, e vamos tirar 360 opções de cargos que poderiam ser ocupados para promover o progresso do Estado de Minas Gerais e gerar emprego no campo e na cidade, gerar renda e tributo para o governo, que adora tributo, adora cobrar caro do produtor, e não quer devolver.

Gente, há muitas doenças, como a tuberculose e outras, que já mataram milhares de vacas no Estado de Minas. No entanto, hoje já está havendo a regressão das doenças em razão das ações importantes do Ministério da Agricultura e principalmente do IMA. A aftosa era um grande mal no Estado e no Brasil. Agora Minas está livre da aftosa e já é zona livre, graças ao IMA. Mas o governador está querendo enxugar e diminuir o IMA. O que ele poderia diminuir são os carros que ficam andando nas nossas regiões, buscando filiados, falando mentiras, promovendo o governo, e não o desenvolvimento do Estado.

Então, pedimos aos deputados não sejam favoráveis a essa Emenda nº 104, que votem “não” e a favor do IMA.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, meu encaminhamento é “sim”, porque temos cargos vagos, desses que estão sendo extintos, há 20 anos.

Por que o deputado não cobrou concurso público no governo anterior? Por que ele não usou a tribuna para isso?

Há cargo vago aqui há 20 anos. Ele deveria ter cobrado concurso público do governo anterior. Então, é incoerente. Hoje ter esses cargos vagos – alguns há 20 anos – não se justifica. Por isso, estamos encaminhando o “sim” pela manutenção do substitutivo.

O presidente – Em votação, o art. 104 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:



Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Rogério Correia – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tito Torres

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados; votaram “não” 22 deputados; totalizando 49 votos. Está aprovado o art. 104 do Substitutivo nº 1.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, só vou pedir aqui um pouco de consideração às pessoas que estão nas galerias. É um pedido que faço aqui em nome da oposição. Alguém atirou um objeto nos parlamentares, então, vou pedir um pouco mais de respeito. Acho que essa manifestação é favorável, mas vamos respeitar um pouco cada um dos parlamentares aqui. É um pedido que faço, presidente.

O presidente – A presidência pede à Polícia Legislativa que tome as providências necessárias.

Votação do art. 106 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Jorge.

O deputado Antônio Jorge* – Prezados deputados, público presente, trabalhadores com quem me solidarizo, quero lamentar o resultado da votação e não deixar passar despercebidas muitas abstenções na votação. Essas abstenções poderiam se somar aos votos contrários para que essa matéria não fosse aprovada. É muito lamentável haver abstenções em uma matéria tão polêmica como essa.

Enfim, presidente, caríssimos deputados, faço um pedido de atenção aos deputados da base do governo, em especial, ao deputado Durval Ângelo.

O art. 106, senhoras e senhores, trata da extinção de cargos na área da saúde. O argumento do governo, já incluído aqui nesta matéria, diz respeito aos cargos que estão vagos. Não acabou, gente. São os trabalhadores. Temos muita coisa para defender. Peço a presença de vocês.

Prezados deputados, mais uma vez, o art. 106 trata da extinção de cargos. O argumento utilizado pelo governo – e agora falamos de cargos da saúde – tem sido de que são cargos vagos. Para se ter uma dimensão da extensão da restrição, caso isso seja aprovado, não teremos, sequer, a possibilidade de implantar, por exemplo, as redes de urgência e emergência que faltam no resto do Estado.

Não teríamos condições de universalizar políticas que estão pactuadas com a sociedade. É preciso reconhecer que, na saúde, não há racionalidade. O computador não substituirá o trabalhador da ponta, pois é gente atendendo gente. A expansão das ações da saúde exigirão, sim, a expansão de quadros. Como cortar todos os quadros vagos hoje? Isso é inimaginável.

Deputado Durval Ângelo, deve haver algum equívoco por parte dos técnicos do governo, pois, se aprovarmos o artigo como está, o número de cargos será inferior ao que há hoje no Portal da Transparência. Nós, na saúde, do ponto de vista de gastos com atividade pessoal e com atividade finalística, temos obtido êxito. Se uma ação dá certo, é preciso incrementá-la. No jogo tripartite, no compromisso das três esferas de governo, é preciso reconhecer que os municípios estão muito onerados. Por ocasião da criação do SUS, houve a transferência de centenas ou talvez de milhares de trabalhadores para os municípios, os quais já se aposentaram, onerando o ente municipal. Se o Estado não socorrer e não tiver uma previsão de um número de



incremento de quadro de pessoal, não haverá nenhuma chance de êxito nas políticas propostas hoje por este ou por qualquer governo. A verdade é essa. O meu voto é “não”.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, encaminharei pelo “sim” pelo seguinte motivo: novamente, há cargos vagos, e o amigo, que foi um grande e importante secretário da Saúde, sabe que há cargos vagos. Sempre o respeitei e tive um relacionamento republicano com ele. Há cargos vagos há duas décadas, e não foram feitos concursos para preenchê-los. Se houver alguma emergência, o governo pode pedir a esta Casa autorização para a criação de cargo em alguma área específica. O que não se justifica hoje é deixar esses cargos vagos, com o governo permanentemente sofrendo processo de pressão para ocupá-los. O mais correto seria, já que são cargos de alguma área específica que, há duas décadas, estão vagos, extingui-los, sim.

O nosso estado tem hoje 22 milhões de habitantes, com cerca de 614 mil servidores ativos e inativos. A Bahia, que tem 16 milhões de habitantes, tem 250 mil cargos. Há uma distorção, sim, e o governo escolheu extinguir cargo que estava vago há muito tempo, para o qual não havia concursados. Se houver necessidade, esta Casa não se furtará a criar qualquer cargo que o governo solicitar por projeto de lei. Por isso, orientamos pelo voto “sim”.

O presidente – Em votação, o art. 106 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Doutor Jean Freire – Fabiano Tolentino – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 37 deputados; votaram “não” 18 deputados; totalizando 55 votos. Está aprovado o art. 106 do Substitutivo nº 1. Votação do art. 115 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, presidente. O art. 115 diz que ficam extintos, na data de publicação da lei, 991 cargos de provimento efetivo da carreira de agente penitenciário. De novo, onde está o PT? Destruíram, também, a Secretaria de Defesa Social, especialmente, deputado João Leite, a Subsecretaria de Administração Prisional. Recebemos, no dia 21/5/2015, o ex-secretário Bernardo Santana, dizendo que o governador Fernando Pimentel pediu para anunciar que criaria 4 mil vagas no sistema prisional. Depois de um ano e dois meses, deputado Antônio Jorge, nenhuma vaga foi criada.

Na área de segurança pública, ele fez um bonito vídeo, informando que reequiparia as polícias, colocaria *tablet* nas viaturas, contrataria 12 mil policiais e melhoraria o sistema prisional. Ele está cortando da carreira 991 cargos efetivos de agentes do sistema prisional. Na contramão, está crescendo a população carcerária, que está impondo uma sobrecarga de trabalho aos agentes penitenciários. Deputado Gustavo Corrêa, o governo deveria fazer o oposto. Ele deveria ampliar os cargos de agente penitenciário. Mais uma vez, o PT é cruel com os trabalhadores, mais uma vez o PT trai sua postura da época da fundação, porque agora o partido é outro.

Escutei o deputado falar de previdência. Engraçado, porque o ministro do Planejamento e Gestão do governo anterior, um tal de Paulo Bernardo, planejou direitinho como desviar o dinheiro público dos empréstimos consignados do servidor

público. É esse o partido? É esse o partido que está desmontando a segurança, a saúde, o Deop, a Imprensa Oficial, o IMA, a Uemg. Onde está o PT para defender os trabalhadores de Minas Gerais? Na área pública, 991 cargos estão sendo retirados. Mais sobrecarga de trabalho. Onde estão os direitos trabalhistas dos servidores? Quem vai ocupar esta tribuna para defendê-los? Infelizmente, aquela defesa fervorosa, de carro de som, nas portas com os sindicatos... Onde está? Acabou. Virou governo e esqueceu tudo. Aliás, pelo contrário, massacra e persegue os servidores. Hoje, maltrata os servidores porque sequer consegue pagar no 5º dia útil.

Eu continuo aguardando. Quem sabe o líder Durval Ângelo em seu encaminhamento nos diga o quanto a reforma trará de economia. Até agora, ninguém disse. Meu desafio continua: onde estão os números da economia? Só há prejuízo para os servidores públicos deste Estado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Presidente, serei categórico para discutir números. Em 1º/1/2015, quando o nosso governo assumiu – estou falando de agentes de segurança prisional –, havia dois concursos que se arrastavam: o de 2012 e o de 2013. Eles se arrastavam por dois anos. O governo anterior enrolou o servidor e não nomeou.

Passaram-se as eleições. O governo que perdeu, para cumprir parte do compromisso e nomear aquele que passou, por mérito, no concurso público, começou a demitir após as eleições, demitindo, líder Durval Ângelo, mulheres grávidas. Vamos falar de números. O nosso governo terminou o concurso de 2012, que o governo anterior não havia terminado, terminou o concurso de 2013, com 3.500 pessoas, que passaram por mérito próprio. Além disso, o governador anunciou que chamará mais 3.500 excedentes no ano que vem. Isso é número, isso é fato, isso não é discurso vazio. Por isso encaminhamos “sim”.

O presidente – Em votação, o art. 115 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O deputado Celinho do Sinttrocel – Meu voto é “sim”.

O deputado Doutor Wilson Batista – Presidente, voto “sim”.

O deputado Elismar Prado – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 38 deputados; votaram “não” 15 deputados; totalizando 53 votos. Está aprovado o art. 115 do Substitutivo nº 1. Votação do art. 129 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Jorge.

O deputado Antônio Jorge* – Presidente, vamos encaminhar o 129 e o 130, o farei de forma global. Prezados deputados, pessoas que nos assistem nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, prezadíssimos deputados da base do governo. Esses três artigos que se seguem – 129, 130 e 131 – dizem muito de uma posição ideológica, muitas vezes difícil de ser explicitada no texto, mas que nas suas entrelinhas evidenciam, denunciam uma posição do governo em relação ao aparato de gestão de pessoas na pretensa reforma. Estamos assistindo – e, infelizmente, sendo derrotados – a diversas extinções de cargos não ocupados. Não estão ocupados, não faz diferença. Obviamente o Estado tem uma curva vegetativa de crescimento



em várias áreas, algumas podem diminuir, mas outras, seguramente vão aumentar. Esses artigos dizem respeito às regras de contrato temporário, verdadeiro flagelo na administração pública. Digo isso porque fui gestor e tive de confrontar-me com a necessidade dos contratos precários.

Sou servidor estável, deputado João Leite, sou efetivo, concursado, tenho 30 anos de Estado. Sei a diferença que faz um quadro perene, um trabalhador permanente, ideologicamente comprometido, o verdadeiro servidor público, e não alguém de passagem.

Pois pasmem, o art. 129 aumenta a previsão de tempo para o contrato temporário na saúde. Hoje, falando dos três artigos de forma englobada, temos na saúde a previsão de um contrato temporário de dois anos, prorrogado por mais um ano. Prestem atenção: dois anos mais um. Agora serão três anos mais três. Serão seis anos de previsão legal para um contrato precário. Isso não existe. Se é ruim, e é possível acusar o governo passado por ter usado o contrato temporário, o que dizer agora que aumentamos para seis anos a previsibilidade do contrato temporário?

Pior, deputado João Leite, que não acaba aí. A legislação, deputado Dilzon, prevê um interstício. Se consegui um contrato temporário – muitas vezes com intermediação política, as regras são mais frágeis do que a contratação por concurso –, ao vencimento do meu tempo, eu teria o interstício de 24 meses. Agora, são só seis meses. E dependendo da situação, por exemplo, se por substituição de licença, não haverá interstício, serão seis anos e, em algumas situações, até nove anos de um contrato temporário do mesmo servidor sem interstício.

Para finalizar, prezados deputados da base do governo, faço um apelo: não se trata de uma questão binária, situação e oposição; trata-se do aparato do Estado, do seu principal ativo, que é a questão de pessoal.

Pois vejam os senhores, contrato temporário, hoje, em algumas situações é por prova de seleção, mas, no mínimo, avaliação por entrevista gravada, deputado Dilzon. Um decreto ainda do governador Aécio traz que as entrevistas têm de ser gravadas para que haja possibilidade de recursos. Provas, entrevistas gravadas, análise de currículo e, dependendo da função, teste psicotécnico.

Agora, para todas as funções de saúde, somente haverá uma análise de currículo sem ninguém chegar perto. Não é possível aceitar isso. Isso significará uma flexibilização para aqueles que se dizem contra a flexibilização; que o que é estatal tem valor agregado, tem valência. Mas estão dizendo: “Esqueçam o passado, queremos é trabalhador temporário, com vínculo precário, selecionado por currículo sem nenhum expediente de transparência e, em situações dramáticas, até nove anos consecutivos”.

Por isso pedimos “não” ao art. 129, “não” ao art. 130 e também ao art. 131.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Só gostaria de encaminhar o “sim”, porque o que está aí, basicamente, é o que está em uma lei delegada que está sendo renovada. Se estamos revogando a lei delegada, não é nada correto que a tragamos para o texto da lei ordinária. Por isso, “sim”.

O presidente – Em votação, o art. 129 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – João Leite – João Vítor Xavier – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 13 deputados. Está aprovado o art. 129 do Substitutivo nº 1. Em votação, o art. 130 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ivair Nogueira – João Magalhães – Leonídio Bouças – Nozinho – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 13 deputados; totalizando 49 votos. Está aprovado o art. 130 do Substitutivo nº 1. Votação do art. 148 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, serei breve para não tomar tempo. Eu pergunto ao senhor e à senhora que estão nos acompanhando pela TV: a senhora tem o hábito de preencher um cheque em branco e deixá-lo com alguém, na sua casa? A senhora acha que nós devemos, neste momento em que vamos votar, dar um cheque em branco, assinado, sem limite de fundos, conta-corrente especial, para S. Exa., o governador Fernando Pimentel, preencher com o valor que quiser? O que vocês acham disso? Nem para ele, nem para o Bené eu dou. Ele quer fazer todos os manejos orçamentários e financeiros sem ter de passar pela Assembleia, com um cheque em branco assinado pelos deputados que aqui votarão “sim”; quer fazer o que bem entender, sem prestar contas ao Poder Legislativo, que tem a obrigação de fiscalizar as suas contas e autorizar despesas, conforme manda a Lei nº 4.320, de 1964. Ele quer créditos especiais, créditos suplementares, aquilo de que precisar, em especial o artifício que trata de matéria de dotação de pessoal e remanejamento de estrutura e de custeio. Mas quer créditos suplementares à vontade, cheques em branco preenchidos para gastar como bem entender.

Nós não podemos dar cheque em branco. Cheque em branco para o PT é igual ao que o Paulo Bernardes faz – foi o primeiro a cometer as pedaladas fiscais, foi o homem que gastou o orçamento de 2011 em 2010 para eleger a Dilma presidente. E o TCU não falou nada, e os deputados federais não falaram nada. Sabem por quê? Porque quem quer dinheiro, como grita o Sílvio Santos nos dias de domingo, quando a economia cresce quase 6% ao ano, não fala nada, porque todo o mundo está ganhando: empresário, trabalhador, o povo. E moeram o orçamento de 2011 em 2010, e o TCU não falou nada, assim como os deputados federais, porque o que havia no País, em 2010, era quem queria dinheiro. Só que a cigarra – Paulo Bernardo –, que gosta de cobrar um pedaginho do servidor público para obter uma vantaginha, uma pedacinho do empréstimo... É por isso que o PT dizia ao povo: “Endividem-se, façam contas, gastem o que vocês não têm, peguem um empréstimo consignado; precisamos fazer o fundo de garantia do trabalhador ser avalista dos empréstimos consignados”.

O povo quebrado, 40% de inadimplentes, o País falido, e a presidente Dilma Rousseff mandando o povo gastar e querendo fazer uma lei para o FGTS garantir o banco a emprestar os consignados. Mas também ganhando R\$0,40 por empréstimo! E ensinando o povo a ser perdulário, gastador, a largar cheque em branco, assinado, para todo lado. Levaram o País à bancarrota.

Um país é rico quando o povo poupa e não quando entra nos crediários das Casas Bahia. Aí o País está estrumbicado, não tem poupança interna, não tem renda, não tem investimento. Este país se chama Brasil. É este país que ensina o povo a



endividar-se, a fazer prestação de 50 meses. Onde existe isso? Para todo lado aonde vou no mundo, pergunto: aqui se vende eletrodoméstico em 50 meses? “Não”. A última a criar isso foi Cristina Kirchner, a irmã da tia Dilma. Criou o parcelamento em cartão de crédito na Argentina. No resto do mundo não existe isso; no mundo civilizado, então, nem pensar.

Esse é o escárnio do Brasil. Não vamos dar cheque em branco ao Pimentel, porque há esta Casa de leis para fiscalizá-lo. Encaminho a votação pelo “não”, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo – Sr. Presidente, com todo respeito e consideração ao antecessor, o que me moveu a aceitar o art. 148 no projeto não foram as questões relativas a qual presidente de qual partido já está condenado e está solto ou qual presidente de qual partido está preso na Nelson Hungria. O que me moveu a aceitar isso foi uma questão técnica, porque coloquei claramente um aposto ao final: “Observadas as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.” Isso já faz parte de legislação federal, mas preservei a LDO que vamos votar esta semana. Essa é a questão técnica, já é o instrumento que o Executivo tem, sempre teve, e fiz questão de acrescentar que será observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias no projeto original.

O senhor deputado Felipe Attiê ainda terá condições de apreciar e votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, e as normas serão colocadas ali. Não me movi por esses argumentos. Pensei que ele, que é uma pessoa muito técnica e que conhece o orçamento melhor que ninguém, fosse abordar mais dados técnicos e não questões político-partidárias, porque isso não estava no objeto quando elaborei este aposto “Observadas as normas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias”. Por isso, é “sim” à manutenção do artigo por questão técnica. O deputado não fez o debate que eu esperava que fosse feito.

O presidente – Em votação, o art. 148 do Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristiano Silveira – Deiró Marra – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Magalhães – Léo Portela – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Lamac – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Votaram “não” 15 deputados. Está aprovado o art. 148 do Substitutivo nº 1. Votação do inciso LXXVII do art. 195 do Substitutivo nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, peço a atenção dos nobres colegas. Esqueçam coloração partidária, esqueçam posições ideológicas, deixem que a razão os leve pelo menos por um instante.

O governo do PT, quando encaminhou a reforma administrativa a esta Casa, propôs o fim da Ouvidoria-Geral do Estado. A ouvidoria, todos nós concordamos, inclusive os colegas da base do governo, é uma conquista do cidadão mineiro. É uma política de Estado, não é política de governo. É algo que aproxima o Executivo, independente de quem esteja lá, do cidadão, do servidor público que quer fazer uma reclamação em relação à máquina pública do Estado. É um órgão independente, uma conquista do Estado.



Depois que chamamos a atenção para isso, o governo disse que não a extinguiria mais. Mas sabem o que fez o governo do PT? Encaminhou agora uma emenda, que está nesse Substitutivo nº 2 que estamos votando, propondo acabar com o mandato do ouvidor-geral e com a sua estabilidade. Cadê o Elton, assessor? Ora, bolas, acabar com o mandato do ouvidor e com a sua estabilidade é dizer o seguinte: ouvidor, ou você faz o que seu chefe manda ou o senhor será mandado embora. É a mesma coisa que acabar com a ouvidoria. Por essa razão, estamos pedindo que seja mantido como está e, para isso, temos de votar “não” ao inciso LXXVII do art. 195.

Por essa razão, peço aos senhores que deixem de lado suas posições ideológicas e políticas no momento, mesmo que muitos estejam constrangidos em apoiar este governo, porque sabe-se lá se ele vai continuar por mais um mês ou um mês e meio. Vamos manter a ouvidoria como está. É política de Estado, é conquista do cidadão mineiro. Por essa razão, nesse encaminhamento, peço que os senhores votem “não”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.117/2015, da Comissão do Trabalho, que solicita seja inserido nos anais da Casa o Manifesto contra a terceirização: muito além do Projeto de Lei nº 4.330/2004. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.137/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a falta de repasse de recursos para o Município de Juiz de Fora, esclarecendo quais são os repasses programados para aquisição dos medicamentos; quais valores já foram repassados para o referido município durante o ano de 2015; quais medicamentos já foram fornecidos e a respectiva quantidade e se há algum recurso que não foi



repassado e por qual motivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.138/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o valor gasto pelo Estado com as ações judiciais referentes ao fornecimento de fórmulas infantis especiais a pacientes com alergia à proteína do leite de vaca. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.139/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao presidente do Ipsemg pedido de informações sobre os credenciados do Estado e o valor do teto de cada um deles, o número de atendimentos no Hospital do Ipsemg, as especialidades nele atendidas, os vazios assistenciais, as medidas tomadas para resolver o problema e o prazo de atendimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.142/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações acerca da detenção em flagrante, pela Polícia Federal, em Juiz de Fora, de dois fiscais dessa autarquia por estarem supostamente recebendo propina em um posto de combustível, especificando as providências administrativas e disciplinares tomadas pelo Ipem-MG; a existência de registros de ocorrências por práticas irregulares assemelhadas ou denúncias anteriores contra esses fiscais; a existência de programas ou ações que objetivem o combate a atuações delituosas de seus agentes; e a forma como é feito o acompanhamento e a fiscalização da atuação de seus agentes nas aferições e medições realizadas em postos de combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.155/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo da demora de até três anos para o atendimento das solicitações de aumento da potência dos transformadores, no caso de construções, reformas ou ampliações de instalações residenciais ou comerciais que o exigem. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.216/2015, da Comissão de Agropecuária, que solicita seja encaminhado ao secretário de Agricultura pedido de informações sobre as razões da paralisação da obra de construção do abatedouro regional do Município de Coimbra, objeto do Termo de Convênio nº 12.187/2010, firmado entre a mencionada secretaria e a prefeitura desse município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.229/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da transferência de 170 detentos de Juiz de Fora, no dia 8 de junho de 2015, especificando-se quais critérios foram levados em consideração para justificar a transferência; quais as condições atuais da infraestrutura e da população carcerária na cidade; se foram avaliadas e atendidas as condições de salubridade dos detentos e que contrapartida, em termos de estrutura de segurança, será oferecida à população da cidade diante do risco de motins e fugas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.252/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a existência de um instrumento jurídico contendo as obrigações de investimentos da empresa nos municípios abrangidos pelo sistema de abastecimento Vargem das Flores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.253/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre a estratégia de enfrentamento do aumento da criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte e as ações de prevenção e combate à comercialização e ao uso de crack e outras drogas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.254/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a política pública destinada às ações de prevenção ao



uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes nas escolas do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.255/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social e ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a política pública destinada a ações de prevenção ao uso do álcool e outras drogas e de recuperação da saúde dos usuários. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.256/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de processos judiciais determinando a internação ou o tratamento dos usuários de álcool e outras drogas, do ano de 2012 ao primeiro trimestre de 2015, com vistas a conhecer a ampliação dessa demanda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.257/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre as obras de melhoria da MG-060 entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha e sobre o contrato de concessão da referida rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.258/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre as metas e os cronogramas pactuados para a construção dos trevos no entrocamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada cujo objeto é a concessão patrocinada da referida rodovia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.491/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os critérios utilizados pela perícia médica para verificação da deficiência dos candidatos inscritos nos concursos públicos em andamento na instituição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.520/2015, da Comissão de Administração Pública, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações substanciadas em relatório dos contratos de construção, manutenção, reforma e adaptação de rodovias estaduais, bem como das rodovias federais que estejam sob sua jurisdição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guimarães o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação das pessoas que moram à margem da MG-5 (BR-262), nas imediações do Bairro Nações Unidas, no Município de Sabará.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.339/2016, do deputado Dirceu Ribeiro, e 3.525/2016, do deputado João Magalhães.

Requerimento nº 5.218/2016, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.166/2015, do deputado Dirceu Ribeiro; 3.323/2016, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.274/2015, do deputado Braulio Braz; 1.590/2015, do deputado Tiago Ulisses; 2.894/2015, do deputado Cássio Soares.

Requerimentos nºs 5.173 e 5.174/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimento nº 5.084/2016, do deputado Braulio Braz.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/7/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 12/7/2016, às 9h45min e às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/7/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação das famílias da Comunidade de Cabeceira do Piabanha, no Parque do Cariri, no Município de Salto da Divisa, e a preservação do referido parque e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 12/7/2016, às 16 horas, em Belo Horizonte, à Secretaria de Estado de Saúde, com a finalidade de debater com o secretário de Estado de Saúde a situação da saúde pública no Estado.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2016.

Arlen Santiago, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/7/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando José Antônio Mota Silveira Magalhães, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Júlia Berthault Gomes, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fred Costa;

exonerando Pedro Celestino do Nascimento, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fred Costa;



nomeando Bernardo Rocha Correia, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fred Costa;
nomeando Geovane Silva e Silva, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;
nomeando Jessica Pires Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando José Antônio Mota Silveira Magalhães, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tiago Ulisses.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 43/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 84/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 22/7/2016, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada em serviços de coleta, transporte e entrega de documentos e pequenas cargas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na R. Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 47/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 95/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/7/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa para confecção e instalação dos componentes de sinalização da Praça Carlos Chagas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.